

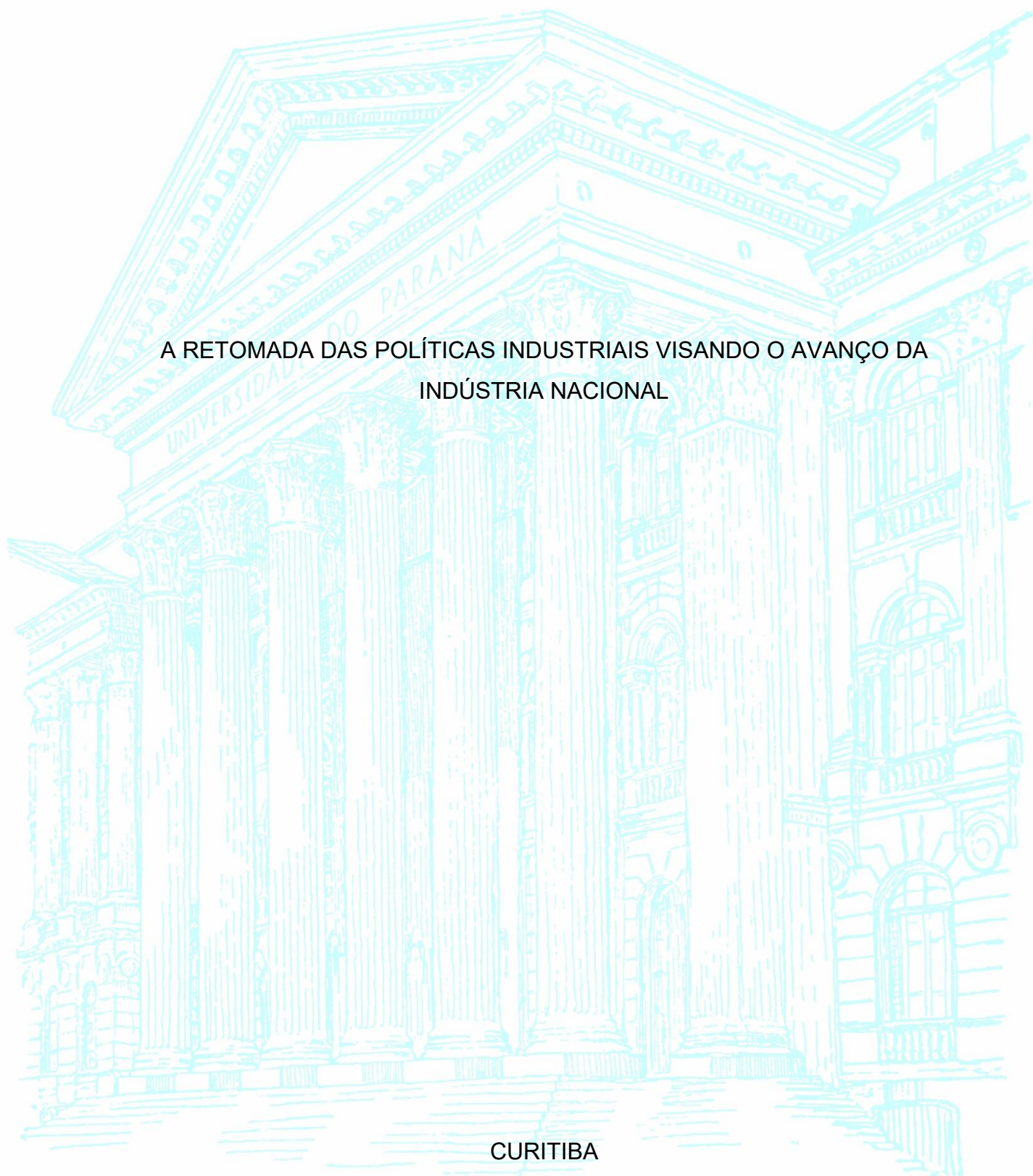
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOÃO VITOR LOTZ DE MIRANDA

A RETOMADA DAS POLÍTICAS INDUSTRIAIS VISANDO O AVANÇO DA
INDÚSTRIA NACIONAL

CURITIBA

2023



JOÃO VITOR LOTZ DE MIRANDA

A RETOMADA DAS POLÍTICAS INDÚSTRIAS VISANDO O AVANÇO DA
INDÚSTRIA NACIONAL

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador(a): Prof(a). Dr. Ricardo Lobato Torres

CURITIBA

2023

A ficha catalográfica é obrigatória para as teses (doutorado e livre docência) e as dissertações (mestrado) defendidas na UFPR, sendo oferecida gratuitamente nas bibliotecas do SiBi/UFPR.

Em obras impressas, a ficha catalográfica deve constar no verso da folha de rosto. Em obras digitais, a ficha deve constar na página após a página de rosto.

Entre em contato com a biblioteca do seu curso para solicitar a ficha catalográfica para sua tese ou dissertação: <http://www.portal.ufpr.br/contato.html>

Caso o autor tenha interesse em divulgar os dados científicos utilizados para a elaboração da sua Dissertação ou Tese, deve acessar a Base de Dados Científicos da Universidade Federal do Paraná (BDC/UFPR), e solicitar a inclusão do endereço (DOI) na Ficha Catalográfica do seu trabalho.

A presença da ficha catalográfica não significa que o trabalho está normalizado. Os bibliotecários que elaboram as fichas catalográficas não são responsáveis por verificar a normalização da tese/dissertação, uma vez que a normalização é de responsabilidade do autor do trabalho. As bibliotecas do SiBi/UFPR oferecem orientação sobre a normalização de trabalhos. Se necessário, consulte a biblioteca do seu curso para obter informações sobre essa orientação.

Em cumprimento à Resolução n. 184, de 29 de setembro de 2017, do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), a ficha catalográfica deve estar acompanhada do nome e do número de registro profissional do bibliotecário que a elaborou. Portanto, **solicitamos que as informações da ficha não sejam alteradas, inclusive as palavras-chave, que estão padronizados no Sistema de Bibliotecas da UFPR.** Se necessitar de qualquer alteração na ficha, por favor, solicite-a ao bibliotecário.

Outras informações: http://www.portal.ufpr.br/ficha_catalog.html

Mantenha essa página em branco para inclusão da ficha catalográfica após a conclusão do trabalho.

TERMO DE APROVAÇÃO

NOME DO(A) ALUNO(A)

TÍTULO DO TRABALHO

Tese/Dissertação/Monografia/TCC apresentada ao curso de Pós-Graduação em _____, Setor de _____, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor/Mestre/Especialista/Bacharel em _____.

Prof(a). Dr(a)/Msc. _____

Orientador(a) – Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Prof(a). Dr(a)/Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Prof(a). Dr(a)/Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Cidade, __ de _____ de 201__.

Mantenha essa página em branco para inclusão do termo/folha de aprovação assinado e digitalizado.

Esse trabalho é dedicado a todos que fizeram parte da minha trajetória acadêmica e pessoal.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente a Deus, por me proporcionar saúde e condições intelectuais, para viver e chegar a reta final do curso de Ciências Econômicas da UFPR. Agradeço aos meus pais, que sempre me apoiaram em todas as decisões da minha vida, e me acompanharam durante esse período na Universidade. Agradeço as minhas irmãs, pois desde que eu nasci, compartilho momentos importantes da minha vida com elas, não sendo diferente agora. Agradeço a minha esposa, por me fortalecer nas dificuldades, e lembrar da importância de continuar e aceitar os desafios para trilharmos o futuro.

Deixo um agradecimento a todos os professores que fizeram parte da minha jornada na UFPR, em especial ao Prof. Dr. Ricardo Lobato Torres, que se disponibilizou a ser o meu orientador no Projeto de Monografia.

Quem caminha sozinho pode até chegar mais rápido, mas aquele que vai acompanhado, com certeza vai mais longe” (Clarice Lispector)

RESUMO

As políticas Industriais, foram fatores importantes para o crescimento e desenvolvimento econômico de países centrais ao longo de seus processos de industrialização e isso se reflete até os dias atuais. A evolução da indústria no Brasil, fez parte de um processo, em conjunto ao Estado, que adotou medidas, para o avanço dos setores. O objetivo da pesquisa é apresentar como o Brasil alcançou determinado patamar industrial, vinculando as políticas adotadas entre 1930 e 1980, o motivo do declínio a partir da década de 1980 e principalmente entender como se deu a retomada de ideais por políticas industriais a partir dos governos do partido dos trabalhadores (PT) de Lula e Dilma, apresentando dados da indústria brasileira, e das medidas em cada governo, que tentaram efetuar uma recuperação, porém sem obtenção de êxito a longo prazo. A monografia, mostra as feridas de todo o ciclo citado, e para qual direção o país está caminhando com as políticas efetivadas atualmente após os governos de Michel Temer e Bolsonaro. No final, apresenta uma discussão de como se deve ser realizado o processo de reindustrialização no Brasil, a partir de políticas industriais estruturadas, para a recuperação de um cenário industrial mais favorável, mostrando ideias de autores que já trabalham com o tema a um longo tempo e estão acompanhando o cenário nacional.

Palavras-chave: Política Industrial; Indústria; Governo; Desenvolvimento e Crescimento; PT.

ABSTRACT

Industrial policies were important factors for the growth and economic development of central countries throughout their industrialization processes and this is reflected until the present day. The evolution of industry in Brazil was part of a process, together with the State, which adopted measures for the advancement of sectors. The objective of the research is to present how Brazil reached a certain industrial level, linking the policies adopted between 1930 and 1980, the reason for the decline from the 1980s and mainly to understand how the resumption of ideals for industrial policies took place from the governments government of the Workers' Party (PT) of Lula and Dilma, presenting data of the Brazilian industry, and of the measures in each government, that tried a recovery, however without obtaining success in the long term. The monograph shows the wounds of the entire cited cycle, and in which direction the country is suffering with the policies currently implemented after the governments of Michel Temer and Bolsonaro. In the end, it presents a discussion of how the reindustrialization process should be carried out in Brazil, based on structured industrial policies, for the recovery of a more favorable industrial scenario, showing ideas from authors who have been working with the subject for a long time. and are following the national scene.

Keywords: Industrial Policy; Industry; Government; Development and Growth; PT.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Matriz de Políticas Industriais do Governo do PT (2003-2014).....	43
Figura 2- Evolução do faturamento da indústria Brasileira (2011 a 2022)	47
Figura 3 - Curva Sorriso	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação da Indústria Brasileira no PIB	46
Gráfico 2 – Participação da Indústria Brasileira na Produção Mundial	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - PITCE: Impacto Fiscal das Medidas de Desoneração Tributária – 2004-2006 (R\$ bilhões).....	39
Tabela 2 - Taxas de crescimento real dos investimentos do Governo Central e das Estatais Federais em variação % – período: 1995 a 2015.....	44

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 JUSTIFICATIVA.....	15
1.2 OBJETIVOS.....	16
1.2.1 Objetivo geral.....	16
1.2.2 Objetivos específicos.....	16
1.3 METODOLOGIA.....	16
2 REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1 LEIS DE KALDOR.....	18
2.2 POLÍTICA INDUSTRIAL E INDUSTRIALIZAÇÃO.....	20
2.2.1 Debate entre Neoclássicos e Heterodoxos.....	22
2.2.2 Ortodoxos.....	22
2.2.3 Heterodoxos.....	23
2.3 DESENVOLVIMENTO DE PAÍSES TILIZANDO A POLÍTICA INDUSTRIAL.....	25
3 POLÍTICA INDUSTRIAL NO BRASIL	32
3.1 UM RECORTE HISTÓRICO.....	32
3.2 POLÍTICAS INDUSTRIAIS E GOVERNOS DO PT.....	36
3.2.1 Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.....	37
3.2.2 Política de Desenvolvimento Produtivo.....	40
3.2.3 Plano Brasil Maior.....	41
3.2.4 Matriz de Política Industrial.....	42
3.3 QUEDA INDUSTRIAL BRASILEIRA.....	45
4 O DESAFIO PARA O FUTURO	48
4.1 REINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL.....	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAS	53
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO ¹

Neste trabalho, discute-se a importância da política industrial para o desenvolvimento econômico de um país, analisando brevemente a evolução brasileira desde 1930 até o final do século XX, como foi o desenvolvimento de países centrais a partir da utilização de políticas industriais, o debate entre escolas de pensamentos diferentes sobre a política industrial, e com maiores detalhes as políticas industriais adotadas no século XXI e seus resultados a partir do Governo Lula (2003) até os dias atuais, e reflexões sobre possibilidades da reindustrialização brasileira.

Em determinados setores da sociedade, as políticas já estão implantadas de forma nítida, a exemplo de saúde, esporte e lazer e educação, e os questionamentos são de como elas serão realizadas, para contornarmos as falhas internas. A Política Industrial é tratada por alguns autores da mesma maneira, algo que supere os obstáculos impostos e necessário para desenvolvimento do país, com o governo e setores privados, agindo em conjunto de forma estratégica, intervindo eficientemente nas decisões, melhorando suas ações (RODRIG, 2008).

Uma condição interessante para a retomada de políticas industriais efetivas são apoios políticos de alto escalão, trazendo credibilidade ao tema, conselhos deliberativos, que se comunicam entre o Estado e setor privado, encontrando oportunidades para a redução de custos, incentivando novos empreendimentos (RODRIG, 2004). A exemplo do Conselho¹ implementado no governo Lula e extinto no governo Bolsonaro.

O Brasil obteve um longo processo de industrialização, entre 1930 e 1980, com políticas interessantes, a partir da intervenção estatal na formalização. O objetivo de fortalecer a indústria, obteve resultados relevantes para a economia, acarretando dentro desse período o Milagre Econômico (1968-1973).

A partir da década de 1980 o país estagnou com o processo de reindustrialização e apresentou problemas macroeconômicos que refletem até os dias atuais, como problema relacionado ao descontrole da inflação, descontrole de gastos públicos e o país precisou recorrer ao FMI. Culminando com o cenário prejudicial ao Brasil na década de 1990 ocorreu a adoção de ideias propostas por países centrais,

¹ União de políticos e empresários influentes, para dialogar-se e implementar medidas necessárias para o desenvolvimento da sociedade.

referente a liberalização do mercado, foi um fator importante para o declínio interno. Por mais que políticas tenham sido incrementadas no século XXI, o cenário brasileiro, não obteve o mesmo êxito que na primeira época de industrialização e se encaminha a passos de retrocesso industrial até os dias atuais.

O processo de desindustrialização no Brasil entra em evidência após o encerramento do governo Dilma (2015-2016). Conforme dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em 2015, existiam aproximadamente 385 mil plantas industriais no território nacional, enquanto no final de 2020 caiu para próximo de 348 mil, representando o fechamento de mais de 36 mil estabelecimentos no período de 6 anos, uma média de 6,1 mil fábricas extintas anualmente (JÚNIOR, 2020).

Alguns questionamentos são debatidos no trabalho: o alcance e os limites das políticas industriais aplicadas no Brasil a partir de 2003 e quais as expectativas para o país em um cenário futuro. No capítulo 2, apresentando a indústria e desenvolvimento, o caráter fundamental para o crescimento econômico e ocorre a discussão e um debate sobre política industrial e a importância para o desenvolvimento de um país, o capítulo 3 mostra alguns dados da indústria brasileira a partir do governo Lula 2003 e os discute, enquanto no último capítulo apresenta-se ideias de como pode ser realizado um processo de reindustrialização nacional.

1.1 JUSTIFICATIVA

A política industrial adotada por um governo, reflete qual vai ser o papel da indústria para aquele país. Sabendo que a indústria é um fator relevante para o desenvolvimento social e econômico de uma nação, a partir de uma política bem estruturada pode trazer bons frutos no longo prazo. O trabalho, discutindo a importância de uma política industrial, visando a reindustrialização, corrobora com uma importante discussão que vem sendo tratada referente ao processo de desindustrialização brasileira atualmente, encontrando algumas reflexões de como contornar essa situação.

Conforme CHANG (2002). Os países com maior desenvolvimento tecnológico e de políticas industriais com alto grau de efetividade em anos anteriores, são os com maiores índices de crescimentos atuais. Se o Brasil efetuar políticas assertivas, existe uma maior probabilidade de alcançar um avanço industrial no futuro. Com resultados

que podem ir além de reconhecimento internacional, mas principalmente aumento de empregos e desenvolvimento da sociedade brasileira como um todo.

1.2 OBJETIVOS

Abaixo, serão listados os objetivos gerais e específicos, relacionados a pesquisa.

1.2.1 Objetivo geral

Apresentar a evolução da indústria brasileira e discutir os desafios para a retomada da política industrial no Brasil pós 2015.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Avaliar o alcance e os limites das políticas industriais brasileiras de 2003 a 2015 a partir de uma revisão da literatura.
- b) Identificar os desafios da retomada da política industrial no país visando a reindustrialização nacional.

1.3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada de maneira básica estratégica. Nesse primeiro momento iremos identificar problemas atuais e apresentar uma solução para contorná-los. A maneira de coleta de informações, será em sua maioria levantamentos bibliográficos sobre o tema, com o foco principal em artigos, livros. Em determinados momentos a realização da pesquisa contém fontes de Blogs, mas em menor abrangência.

As palavras-chave utilizadas nas pesquisas foram políticas industriais, indústria, desenvolvimento e crescimento, Brasil e PT. O Período histórico analisado nas obras pesquisadas, dentro do cenário nacional, foi de 1930 até os dias atuais, focando em artigos que foram publicados pelo menos a partir de 1990.

A estrutura do trabalho foi separada em três capítulos, o primeiro discutindo sobre política industrial, como os autores entendem essa política e quais foram os

fatores históricos importantes para ela estar em um debate atual. No segundo capítulo, o foco é entender as políticas industriais adotadas a partir do governo Lula, (2003) e quais os resultados e impactos de cada governo petista, além de uma seção onde apresenta-se dados da indústria nacional até 2022, abrindo uma discussão. Finalizando o trabalho no capítulo, onde foram pesquisados autores que debatem como deve ser realizado o processo de reindustrialização brasileira, para uma recuperação da indústria nacional nos próximos anos.

A partir da análise da maneira em que foram encontrados os dados e realizada a pesquisa, ela pode ser considerada quantitativa, pois segue alguns paradigmas citados em Fonseca (2004), como a importância do contexto no objeto pesquisado e o alcance do estudo no tempo e a quantidade da fonte de dados, que são maiores do que uma pesquisa qualitativa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para obter-se uma resposta inicial as perguntas realizadas anteriormente, a pesquisa foi baseada em alguns artigos que corroboram com o tema, citando sobre indústria e desenvolvimento, crescimento econômico, políticas industriais, debate entre neoclássicos e heterodoxos, sobre o tema e como os países desenvolvidos chegaram a determinado patamar através das políticas industriais instauradas.

2.1 LEIS DE KALDOR

Este trabalho enfatiza importância da indústria, baseada em uma boa política no setor, para o crescimento e desenvolvimento econômico de um país pensando a longo prazo, principalmente, devido a obtenção de economias de escala e dos seus efeitos de ensinamentos e de encaixe com os demais setores da economia (KALDOR, 1966 apud RODRIGUES; VERÍSSIMO, 2022). Para Lamonica e Feijó (2011) de acordo com a literatura kaldoriana, a indústria é considerada o motor do crescimento de uma economia, por ser um setor, onde são desenvolvidas inovações, processos a partir de P&D, alta disseminação de tecnologia, geração de valor agregado ao produto, emprego e renda para a população dentro do país.

Para o crescimento e desenvolvimento de um país, tem-se a concepção em alguns pensadores de que indústrias desempenham papéis importantes, elevando o nível da nação no cenário internacional. Entendendo o processo industrial estagnado no Brasil, apresenta-se neste capítulo, as Leis de Kaldor, que tentam explicar o motivo, pelo qual, países se encontram com economias atrasadas e o que os mesmos devem efetuar para aspirarem um cenário favorável. As Leis foram criadas a partir de testes econométricos, que explicam através de fatos estilizados, a dinâmica das economias capitalistas, visando a diferença de performance dos países.

Em 1970, para analisar o cenário decadente da indústria Inglesa, comparada a outras potências mundiais, Kaldor elaborou um estudo, contrapondo à argumentação neoclássica, em que se compreende a diferença do crescimento entre os países em fatores ligados a demanda agregada, atribuindo a relevância da indústria de transformação no crescimento econômico (LAMONICA; FEIJÓ, 2011). Kaldor ramificou a economia em três setores: o primário, o industrial e o terciário, tentando explicar taxas de crescimentos em países avançados, mas que podem valer a aqueles

que estão em processo de desenvolvimento (RODRIGUES, 2011). O atraso tecnológico, pode gerar um desequilíbrio no balanço de pagamentos, devido a perda de competitividade das exportações. Na sua nova abordagem, o setor industrial trabalharia com retornos crescentes de escala, influenciando o crescimento da produtividade da economia em geral. (PASINETTI, 1983, apud LAMONICA; FEIJÓ, 2011). Entende-se, que principalmente em países subdesenvolvidos, a indústria e seu dinamismo tem um papel fundamental para aquecer o crescimento econômico, devido a ligação que este setor possui com os demais em uma economia (MARINHO; NOGUEIRA; ROSA, 2002).

Conforme Lamonica e Feijó (2011), as Leis de Kaldor, consistem nas seguintes teses:

a) Existe uma relação positiva entre o crescimento da indústria e o crescimento do produto agregado, quanto maior a taxa de crescimento da indústria, maior será a taxa de crescimento do produto agregado; b) Há uma relação positiva entre a taxa de crescimento da produtividade na indústria e o crescimento do produto industrial, sendo a relação de causalidade na direção de quanto maior a taxa de crescimento da indústria, maior será também a taxa de crescimento da produtividade; c) Quanto maior a taxa de crescimento das exportações, maior o crescimento do produto; d) O crescimento da economia a longo prazo não é restringido pela oferta, mas sim pela demanda, assim a principal restrição da demanda ao crescimento do produto numa economia aberta é o Balanço de Pagamentos. (LAMONICA; FEIJÓ, 2011, p. 3).

Na primeira lei, a indústria é atribuída como motor do crescimento, enquanto as relações da indústria e outros setores induzem um aumento significativo da produtividade em ambos. É o setor considerado mais dinâmico e responsável por inovações e transmissão de tecnologia, possuem retornos crescentes e com alterações nos processos de produção contínuas, para acompanhar o avanço tecnológico. (LAMONICA; FEIJÓ, 2011).

A segunda lei, de Kaldor-Verdoorn, refere-se a análise que Kaldor realizou em Relação a teoria do Verdoorn, estabelecendo uma relação de causalidade, quanto maior a taxa de crescimento da indústria, será acompanhada do aumento da taxa de crescimento da produtividade (LAMONICA; FEIJÓ, 2011). Para o autor, com o desenvolvimento econômico mais avançado, o crescimento do PIB, seria determinado pela expansão da demanda por exportações.

A terceira Lei de Kaldor, apresenta a forte relação positiva entre a velocidade de expansão da indústria manufatureira e o aumento da produtividade do trabalho no

setor fora da indústria. A quarta lei, diz que o crescimento econômico pode ser inibido por restrições externas, então, para manter o crescimento o país depende da sua capacidade de exportação, que está interligado a produtividade do setor industrial. A análise das Leis de Kaldor e Kaldor-Vernoon, dentro do arcabouço teórico, agrega a tese de a indústria ter participação efetiva no desenvolvimento de um país. Em linha com a abordagem kaldoriana, a indústria continua sendo um setor crítico no processo de crescimento e desenvolvimento econômico dos países (RODRIGUES, 2011).

Indústria e desenvolvimento econômico estão atrelados entre si. Um marco histórico para corroborar com essa tese é a 1ª Revolução Industrial. Hobsbawn (1996, p. 23), considera essa revolução como o “evento mais importante da história do mundo”. A indústria entrando como peça-chave na evolução do capitalismo, trazendo novos caminhos para sanar demandas da sociedade, contando com o aumento da capacidade tecnológica. Esse cenário, ao longo dos anos, se intensificou, ocasionando debates sobre a dinâmica de políticas industriais, para a continuidade do desenvolvimento dos países, gerando opiniões distintas, de pensadores e autores adeptos a diferentes escolas econômicas. A política industrial é diversificada com base na sua finalidade e setores de operação, separando-a em duas teses de falhas de mercado (livre mercado) e incentivo a indústria (intervenção Estatal).

2.2 POLÍTICA INDUSTRIAL E INDUSTRIALIZAÇÃO

Uma política industrial formalizada de maneira inteligente, com pensamento a longo prazo, setores interligados entre si, e boa gestão das ideias, tende a caracterizar como uma política de sucesso. Segundo Suzigan e Furtado (2006).

a questão política industrial desdobra-se em duas: em primeiro lugar, e acima de tudo, a adoção de uma política industrial como estratégia de desenvolvimento deve ser objeto de decisão política. É isto o que Johnson (1984, p. 7) quer dizer quando afirma que “política industrial é antes de tudo uma atitude, e só depois uma questão de técnica”. E, em segundo lugar, a estratégia deve ser comandada por uma liderança política incontestável. (SUZIGAN; FURTADO, 2006, p. 168)

Desde a apresentação da importância de políticas industriais com os trabalhos de Rodrik (2004; 2008), que visam demonstrar a importância de uma política industrial forte dentro de um país, que conquiste o interesse dos grandes políticos e

empresários, para o setor de estímulo (público) e o produtor (privado) trabalharem em harmonia para o desenvolvimento dos setores e da sociedade.

Os autores Lucena e Brito (2019) citam Chang (1994), correlacionando a importância de uma política industrial, vinculada com uma intervenção estatal na economia. Com esse embasamento, outros autores, como Coronel, Azevedo e Campos (2014), em citação a Chang (2002), falam sobre as políticas industriais que inúmeras vezes são criticadas por governantes representantes dos Estados desenvolvidos, pelos teóricos da economia neoclássica, porém elas foram adotadas por diversos desses países em vários momentos da história, para alcançarem o patamar em que se encontram atualmente.

De acordo com Krugman (1989), política industrial se identifica, como um esforço do governo em fomentar alguns setores relevantes para o crescimento econômico de determinado país, complementa o pensamento desenvolvimentista (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014). Gonçalves (2016) indica que a política industrial seja considerada como “a atuação focada do Estado para promover a transformação da estrutura industrial e o aumento da produtividade da economia”.

A relevância no debate sobre a importância de uma política industrial vem crescendo, devido ao direcionamento e ações relacionadas com outras políticas econômicas. De acordo com Johnson (1984), política industrial é definida como um conjunto de ações governamentais que desenvolvem a indústria para a manutenção da competitividade internacional (LUCENA; BRITTO, 2019, p. 2). Para o cenário brasileiro, ainda se deve obter um processo maior elaborado e definido, focando no longo prazo, fato que não ocorre (LUCENA; BRITO, 2019).

As políticas industriais são ramificadas entre horizontais e verticais. Políticas que envolvem “investimentos em infraestrutura, educação, capacitação e pesquisa e desenvolvimento (P&D)”, são chamadas de horizontais (GUIMARÃES, 2021, p. 4), porque que não envolvem nenhum processo de seleção de setores específicos, consideradas, portanto, como já neutras. As políticas verticais, apresentam bonificações e incentivos a setores específicos, ou seja, dentro de um sistema industrial, algumas empresas, representadas por determinados setores, podem levar vantagens sobre outras, apenas pelo fato de uma decisão política naquele momento. Segundo Guimarães (2021, p. 4) são “voltadas para o fomento de setores específicos”.

2.2.1 Debate entre Neoclássicos e Heterodoxos

Políticas que visam intervenções com o objetivo de sanar falhas de mercado, de maneira reativa e restrita, se relacionam com o pensamento ortodoxo, onde o governo não deve ter participação direta nas ações dos agentes privados, que são os responsáveis pelo desenvolvimento econômico do país, seus mecanismos são considerados *ex-post*. Ao inverso de políticas reativas, existem aquelas contempladas com intervenções públicas, de forma ativa, antecipando falhas, com o intuito de montar um planejamento e projetos, para que não aconteçam, criando, novas vertentes no setor industrial, operando como um modo *ex-ante* (RODRIK, 2008).

2.2.2 Ortodoxos

Os ortodoxos entendem a política industrial como um atributo para contornar falhas de mercado, não necessários para designação de um consenso que deve ser seguido por todos os setores, a ideia é que os agentes privados tomam decisões livres no mercado e em caso de desajustes ou problemas, uma medida é proporcionada para contornar a questão. Segundo Hausman e Rodrik, (2006), seria humanamente impossível o Estado alocar de maneira eficiente os recursos de qualquer economia. Neste entendimento, os agentes do setor privado, procuram otimizar seus recursos e maximizar os retornos obtidos, porém com o Estado intervindo, não necessariamente essa dinâmica está disposta a ocorrer. A análise para encaminhar os recursos a determinados setores seria rasa, porque a decisão da alocação dos recursos, ficam nas mãos de poucos, que decidem por muitos. Shapiro (2007) cita: “A intervenção estatal não leva, necessariamente, a resultados eficientes”.

Complementando com o pensamento, alguns autores entendem a política industrial como uma maneira de remediar falhas de mercado, de forma horizontal, sem seleção de setorizações de mercado, uma política unicamente restritiva e reativa, utilizada apenas quando os benefícios fossem maiores que os custos dos erros do governo e de *rent-seeking* (FURTADO; SUZIGAN, 2006). O termo *rent-seeking* indica que rendas artificiais seriam criadas a partir da intervenção do estado na economia, beneficiando alguns agentes programados, esses devem apresentar resultados comprovando que estão fazendo valer o investimento concedido, porém os liberais acreditam que as empresas, ao invés de utilizarem dos recursos para o

desenvolvimento e cumprimento da política industrial, tendem a observar seus próprios interesses, conservando suas regalias, com o instrumento da corrupção e lobby que se apresentam nos diversos governos (FERRARI, 2011).

2.2.3 Heterodoxos

Ao contrário da visão ortodoxa, os economistas e autores heterodoxos, compreendem a política industrial como importante e determinante para o desenvolvimento, pois com os fornecidos superam obstáculos para alcance do crescimento industrial. O Estado possui diversos métodos para implementação das políticas industriais, como créditos, substituição de importações, inovação e tecnologia, créditos e subsídios (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014). Alguns economistas heterodoxos da nova geração identificam que a Política Industrial, não deve ser um instrumento controlado apenas pelo Estado, devendo se estabelecer um relacionamento entre o governo e agentes privados, para compreenderem, de forma conjunta, as metas das políticas industriais e encontrar uma maneira de atingi-las (SUZIGAN; FURTADO, 2006). Na escola neoschumpeteriana, a política é abrangente e ativa, verticalizada, voltada a inovações como força motora, setorizando as atividades que proporcionam uma mudança estrutural e tecnológica na economia de determinado país (FURTADO, SUZIGAN, 2006), corroborando com os ideais dos heterodoxos.

Um dos principais objetivos da política industrial são o fomento as indústrias, visando o crescimento e desenvolvimento econômico, o crescimento condicionado diretamente ao valor financeiro gerado a partir da funcionalidade da política, enquanto o desenvolvimento, além da questão financeira, acompanhado do bem-estar social (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014). A política industrial aspira ajudar o desenvolvimento industrial e econômica, do local onde está atuando, visando o avanço do bem-estar social, aumentando níveis e qualidade de emprego, também a renda. Hausman e Rodrik (2006, p. 32) indicam que intervenções estatais que gerem aumento na produção e lucratividade tem relevância positiva se proverem para a sociedade com impostos e trabalhos com alta produtividade. O aumento produtivo está atrelado ao grau de desenvolvimento da indústria, avanço tecnológico, cursos profissionalizantes para os ingressantes e atuantes o mercado.

As políticas macroeconômicas andam em conjunto com a Política Industrial, estipulando a importância de um cenário macro menos perturbado, para desenvolvimento dos objetivos industriais. Como citado por Corden (1980), um cenário macroeconômico incerto, tende a efetuar uma política industrial com resoluções de curto prazo, não corroborando com o pressuposto de uma Política Industrial, que tem o intuito de fazer uma transição entre o presente e futuro.

A política Industrial atrelada ao desenvolvimento, pode ser caracterizada, como uma intervenção Estatal, envolvendo inovações visando o progresso técnico, com finalidade de transformações na estrutura produtiva e avanço das economias nacionais (GADELHA, 2001). Complementando seu pensamento Gadelha (2016) afirma que a política industrial:

Constitui uma estratégia e um conjunto amplo de instrumentos voltados para a alteração da estrutura produtiva de um país, envolvendo o adensamento da estrutura industrial e a inovação, com impacto na qualidade, na competitividade e na eficiência produtiva, sendo parte essencial e indissociável de uma política nacional de desenvolvimento econômico e social. (GADELHA, 2016, p. 233).

Nesse quesito, alguns agentes progridem, junto a estrutura do estado, enquanto outras, não seguem e o mesmo caminho. A política Industrial, representa os setores que acompanham as estruturas propostas, pelos interesses nacionais de desenvolvimento. Dadush (2015), coloca que a Política Industrial, envolvida diretamente com as Tecnologias da Informação e comunicação, criam oportunidades para aumento da produtividade e comercialização de diversos setores da indústria de transformação.

Coronel, Azevedo e Campos (2014) citam Kurgman (1989), onde entende-se que a política livre, sem intervenção estatal, apenas é desejável, no momento em que todos os mercados ligados a ela, já estiverem adaptados e funcionando de maneira adequada. Essa análise corrobora com os não liberais, que acreditam, conforme processos históricos, que as políticas atuantes tendem a ter resultados melhores e concretos, para o desenvolvimento de determinado país.

Os autores Furtado e Suzigan (2006), relacionam a organização institucional como fundamental para a constituição da política industrial, ligação entre as instituições públicas, e entidades que representam as empresas. Ressaltando que as instituições públicas não podem efetuar ações com interesses próprios, mas sim em

prol do objetivo estabelecido na criação da política industrial, enquanto os representantes das empresas, devem estar em constante comunicação com o governo, no intuito de formular e implementar a política.

De acordo com Suzigan (1995) tendo em vista a retomada do crescimento econômico no Brasil, relaciona a importância da política industrial no desenvolvimento, levando em consideração que a indústria, é o setor líder das economias capitalistas atuais, com enorme inovação e desenvolvimento tecnológico. A finalidade das políticas, é o enfoque de externalidades positivas e aumento de produtividade, geração de emprego e renda para a população. Na análise de Vieira, Avellar e Veríssimo (2013), citam que Hirschman (1958), reconhece que a indústria apresenta o maior número de externalidades positivas, demonstrando a relevância do setor industrial na economia.

. A política industrial tem extrema relevância no desenvolvimento dos países, para chegarem aos patamares industriais e econômicos que se encontram atualmente. Nas próximas seções e capítulos serão apresentados alguns aspectos que levaram os países a determinados avanços.

2.3 DESENVOLVIMENTO DE PAÍSES UTILIZANDO A POLÍTICA INDUSTRIAL

O debate acerca da política industrial é constante, com inúmeros vieses, ideias e opiniões distintas, sobre a real efetividade do instrumento. Porém muitos países que se intitulam liberais, como os Estados Unidos, muitos europeus e alguns asiáticos, com pensamentos pró-mercado, cresceram e foram constituídos como potências, utilizando-os de meios internos protecionistas, que se assemelham, a políticas industriais, como restrições às importações, para avanço da indústria nacional, subsídios, controle tarifários, entre outros fatores.

Nesta seção, baseado em Chang (2002), serão apresentados alguns casos históricos que mostram contextos em que países desenvolvidos se apropriaram de políticas industriais enquanto ainda estavam em processo de desenvolvimento, para chegarem aos patamares que se encontram atualmente. Por maiores que sejam as críticas recebidas de autores ortodoxos e diplomatas responsáveis por representarem essas nações que prosperaram, as políticas industriais foram aplicadas em diversos momentos de suas histórias (CHANG, 2002). Mesmo com esse suporte do Estado no processo histórico de crescimento, atualmente não desejam que os países em

desenvolvimento utilizem do mesmo fator, “chutando a escada” para os demais que buscam ascensão, alterando a postura, no momento que entraram no rol dos desenvolvidos (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014).

Muitos países, para se desenvolverem, recorreram a políticas industriais consideradas ruins pelos mesmos e condenadas atualmente, até proibidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), como proteção industrial e subsídios às exportações (CHANG, 2002).

O economista Friedrich List (1841) um dos grandes nomes de toda a história da economia, considerado o pai da indústria nascente, se dedicou a análise das políticas industriais dos países mais importantes da época. Analisando o caso da Grã-Bretanha e Estados Unidos, expõe argumentos que contradizem a ideia dos ortodoxos, na visão em que esses países são considerados por esses os berços do liberalismo na literatura.

Tendo atingido certo grau de desenvolvimento por meio do livre-comércio, os grandes monarcas (da Grã-Bretanha) perceberam que não se podia obter um alto grau de civilização, poder e riqueza sem uma combinação de manufatura, comércio e agricultura. Deram-se conta de que a recém-criada indústria nacional não teria chance de sucesso em livre concorrência com as estrangeiras, estabelecidas havia muito mais tempo (as italianas, as hanseáticas, as belgas e as holandesas) ... Portanto, mediante um sistema de restrições, privilégios e incentivos, trataram de transplantar para o solo nacional a riqueza, o talento e o espírito empreendedor dos estrangeiros. (LIST, 1841 apud CHANG, 2002, p. 15).

Essa política faz parte de uma característica que caminhou junto ao desenvolvimento nacional da Grã-Bretanha no século XIX e XX, com a proteção interna, a fazendo confrontar países dominantes daquele cenário, a tornando referência em processo industrial, ao longo da história. Por mais que o intervencionismo esteja presente na história do país, é concebido por diversos intelectuais que os britânicos se desenvolveram a partir do *laissez-faire*, com a mínima intervenção estatal, Chang (2002) manifesta premissas que contrariam essa tese liberal. No contexto histórico, já no século XIV, Eduardo III, utilizava apenas artigos de lã ingleses, para incentivar a população, proibiu a importação do tecido e centralizou o comércio interno (DAVIES, 1966, p.281; 1999, p.349 apud CHANG, 2002).

Alguns anos depois, no século XVI, com o investimento na manufatura obtendo o resultado esperado para competir no comércio internacional, a Grã-Bretanha decretou a exportação de lã Bruta, levando os rivais dos países baixos a

falência, inclusive trazendo mão de obra especializada dessas nações, para dentro de suas fábricas nacionais (DEFOE, 1728 apud CHANG, 2002). Os artigos de lã manufaturados, chegaram a refletir ao menos 50% das exportações no país no século XVIII, gerando valor para ocorrer a Revolução Industrial britânica que acontecera (CHANG, 2002).

Continuando o processo industrial, a legislação de 1721, protegia as manufaturas contra os produtos estrangeiros, garantir exportações de produtos acabados e oferecia incentivo para os produtores (BRISCO, 1907 apud CHANG, 2002).

Após a Revolução Industrial no século XVIII, iniciou um domínio tecnológico no Reino Unido, e os manufatureiros solicitavam fervorosamente o livre comércio, a partir do início do século XIX. Em contrapartida o Estado mantinha uma Corn Law, aumentando o protecionismo agrícola. As solicitações só foram atendidas em 1846, quando se aboliram diversas tarifas de muitos produtos manufaturados (BAIROCH, 1993, p. 27 apud CHANG, 2002). A revogação da Corn Law foi considerada como o imperialismo do livre-comércio. Nos anos seguintes as tarifas continuaram sendo encerradas, passando de 1146 produtos tributáveis em 1848, para menos que 48 em 1860, porém todo esse liberalismo era controlado pelo Estado. Esse contexto durou até o início do século XX, quando outras potências, se alavancaram possuindo vantagens em relação a Grã-Bretanha, restituindo tarifas em larga escala em 1932 (BAIROCH, 1993, p. 27 apud CHANG, 2002).

List, contrariava ideia de alguns pensadores, como Adam Smith e os demais pertencentes a doutrina cosmopolita, que consideravam o sucesso britânico uma consequência do liberalismo puro, utilizando o termo chutar a escada, List entende que era inteligente os liberais indicarem que os processos que fizeram os ingleses crescerem não eram convenientes as demais nações e impedirem os outros de fazerem o mesmo.

Qualquer nação que, valendo-se de taxas protecionistas e restrições à navegação, tiver levado sua capacidade industrial e sua navegação a um grau de desenvolvimento que impeça as outras de concorrerem livremente com ela não pode fazer coisa mais sábia do que chutar a escada pela qual ascendeu à grandeza, pregar os benefícios do livre-comércio e declarar, em tom penitente, que até recentemente vinha trilhando o caminho errado, mas acaba de descobrir a grande verdade. (LIST, 1885, p.295-6 apud CHANG 2002, p. 17).

O caso norteamericano, caminha na mesma direção que a Grã-bretanha, contrapondo novamente Smith, que afirma um retardamento do crescimento econômico nos Estados Unidos, em caso de suspensão de importação e avanço da indústria interna, List entende ser um argumento errôneo, corroborando com o protecionismo bem-sucedido no país a partir de 1816 (CHANG, 2002). No século seguinte, confirmando a sua tese, os Estados Unidos se tornaram o maior praticante do protecionismo, liderando mundialmente no setor industrial.

Os Estados Unidos, logo após a Independência, concentraram o seu desenvolvimento em duas regiões, a Sul, escravocrata, e a Norte, que se balizou no setor industrial e defendia proteção ao setor através de restrição voluntária às importações, imposição de cotas e tarifas e sanções (Coronel; Azevedo e Campos, 2014). Com as ideias de Indústria nascente, Hamilton – o primeiro secretário do tesouro Norte Americano – considerado, por alguns autores o pai dessa teoria, expunha que o livre comércio, atrelado a concorrência estrangeira e o hábito interno iriam impedir as novas indústrias de se desenvolverem, o contrário aconteceria, desde que o governo ajudasse os prejuízos do início das atividades, colocando tarifas nas importações ou as proibindo (CHANG, 2002).

No ano de 1816, a manufatura norte-americana teve um acréscimo tarifário de 35% (BAIROCH, 1993 apud CHANG, 2002). No início essa medida foi aceita pelos Estados, porém os Estados do Sul, contestaram a decisão, desejando importar bens manufaturados da Grã-Bretanha e pela falta de criação industrial em seus territórios (Garatay e Carnes, 2000 apud CHANG, 2002). Com o passar dos anos, o Estado continuava intervindo no processo tarifário norte-americano, ocorrendo algumas oscilações, em alguns momentos, utilizavam taxas mais elevadas, enquanto em outros, ocorria uma moderação, existindo tarifas zeradas em alguns produtos.

Em 1860, com a vitória de Lincoln nas eleições presidenciais, o protecionismo voltou a estar em alta, até pelo apoio dos Estados, durante a campanha, que possuíam esse viés. O presidente contrariou o livre comércio do Reino Unido, mantendo uma postura de controle tarifário. Após a Primeira Guerra Mundial a tarifa média dos produtos manufaturados chegou à casa dos 48%. Com o término da Segunda Guerra Mundial, e a estabilização do domínio industrial, reconhecido mundialmente, se instituiu o Livre comércio nos Estados Unidos, não chegando ao mesmo grau da Grã-Bretanha - que chegou a momentos de tarifas zeradas – mas, mantendo uma política mais liberal que anteriormente.

Mesmo com estudiosos estadunidenses que duvidam do fator relevante do protecionismo para o crescimento da indústria nascente, existem argumentos, que apresentam a dinâmica da proteção estatal atrelada ao avanço industrial. O crescimento acelerado e recorde no período do protecionismo, faz o opositor, tentar compreender a relação entre os acontecimentos. Barrioch (1993), ressalta que durante o século XIX, até a década de 1920, os Estados Unidos, foi o país que mais cresceu no mundo, utilizando a maior política intervencionista no mesmo período, além de o crescimento do PIB per capita, entre 1830-1910, ter seus maiores desempenhos, em momentos de acentuado protecionismo.

Acompanhado as proteções estabelecidas no período, outros fatores foram relevantes para o desenvolvimento dos Estados Unidos na fase de catch up⁴. Investimento em educação pública, infraestrutura de transporte, com ênfase no rodoviário, posteriormente em P&D (CHANG, 2002).

Muitos autores que defendem a ideia do protecionismo e intervenção estatal, foram descartados da primeira classe da literatura norte-americana, por processos históricos que tendem a conduzir o debate do crescimento econômico no país como, um resultado de políticas liberais, que deram resultado pelo fato da autonomia do mercado, gerada pelo livre comércio. Contextualizando, coloca-se argumentos que mostram o significado de um ideal protecionista no século XIX, em que “um país novo exigia uma economia nova, baseada em políticas institucionais e em condições econômicas diferentes das do Velho Mundo” (SPIEGEL, 1971, p. 364 apud CHANG, 2002).

Voltando ao continente Europeu, alguns países com crescimento considerável, obtiveram, políticas protecionistas que favoreceram a indústria nascente em seus domínios. No caso da Alemanha, considerada o berço da proteção a indústria nascente (CHANG, 2002), a atuação foi diferente dos eventos ocorridos nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, o aumento tarifário, não era o centro do protecionismo alemão, utilizavam de outros meios, para o progresso industrial. O fator de maior importância foi a intervenção direta do Estado nas Indústrias-chave (TREBILCOCK, 1981, p. 26 apud CHANG, 2002). No século XVIII, a partir da década de 40, Frederico, o Grande concedeu-lhes, o direito de monopólio, a proteção ao comércio, subsídios de exportação, investimento de capital e recrutamento de mão-de-obra especializada no exterior (HANDERSON, 1963, p. 136-52 apud CHANG, 2002), valendo-se dessa estratégia, para início da industrialização. No fim do século XVIII a Alemanha

incrementou tecnologias de países mais desenvolvidos, a partir de espionagens secretas, elevando o patamar industrial alemão, esse modelo prosseguiu no início do século XIX. Um fator que acompanha a direção da evolução alemã, foi a reforma no sistema de educação, com enfoque em ciência e tecnologia (CHANG, 2002), havendo o intuito de um resultado futuro a partir do aprendizado e capacitação de quem frequentava as aulas lecionadas, essas com grande número de norte-americanos. A intervenção estatal, diminuiu na ação direta com a indústria, devido ao crescimento do setor privado, mas promoveu incentivos e investimentos, como cursos, subsídios e controle tarifário.

Seguindo alguns passos da Alemanha, a França objetivando alcançar um progresso industrial, visando o nível da Grã-Bretanha no século XVIII, operou na espionagem industrial, intitulando, os que continham bons resultados, a um cargo público de coordenador de espões. Após a Revolução, no governo de Napoleão, enfatizaram o desenvolvimento industrial e tecnológico, porém com sua queda, instituiu-se a política *laissez-faire*, estagnando o industrialismo francês gerando um atraso industrial que foi retomado após a Segunda Guerra Mundial.

Na Suécia, a política industrial acarretou-se de um longo protecionismo tarifário no final do século XIX combinando com o apoio a P&D, visando novas tecnologias. Os resultados proporcionaram o mais veloz crescimento do PIB por hora de trabalho o início do século XX. Projetos público-privados em infraestrutura guinaram empresas que constam no cenário internacional atualmente. Assim como outros países, estimularam a espionagem industrial, mas introduziram institutos de pesquisa tecnológica, que exercem função ativa até os dias atuais.

Após a Segunda Guerra, os salários dos trabalhadores da indústria foram uniformizados e houve realocação de trabalhadores dispensados em processos anteriores dentro do mercado. Aceita-se amplamente que tal estratégia contribuiu para o sucesso do desenvolvimento industrial sueco nos primeiros anos do pós-guerra (EDQUIST & LUNDVALL, 1993, p. 274 apud CHANG, 2002).

Dentre os países Europeus, a Holanda esteve mais longe de obter um alto poder industrial, possuía alto poder comercial e era um dos países mais ricos do mundo até o início do século XX, porém com a política de *laissez-faire*, cem anos depois ao menos 5 países já a haviam ultrapassado. As consequências, foram iniciar o processo de industrialização, de maneira ativa a partir de 1963, investindo em alguns

setores específicos e incentivando o ensino técnico (VAN ZANDEN, 1999, p. 82 apud CHANG, 2002).

Os países asiáticos, também se utilizaram de políticas industriais para proteção interna, alguns pontos que diferem dos europeus é o enfoque da política e principalmente o período em que elas foram executadas, porque os casos asiáticos pertencem a um passado mais recente.

De acordo com Bora (2000), de maneira geral, todos os países asiáticos adotaram políticas industriais com instrumentos tais como restrição às importações, investimentos em setores estratégicos e em capital humano, créditos, subsídios e juros baixos ao setor industrial, investimento em infraestrutura e logística, criação e promoção de conglomerados econômicos e responsabilidade macroeconômica. (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014, p. 107).

O crescimento do Japão foi de maneira acelerada, após ataques sofridos na Segunda Guerra Mundial, o país se reergueu, com o PIB per capita crescendo 8% ao ano entre 1950 e 1973, se tornando uma potência. Chegaram a tal nível, utilizando políticas internas, como investimentos em tecnologias, troca e relacionamento entre governantes e setores industriais, e ênfase nos setores determinantes para o desenvolvimento nacional (CHANG, 2002 apud CORONEL, AZEVEDO, CAMPOS, 2014).

Tendo em vista esses casos históricos, percebe-se que muitos dos países que hoje são considerados desenvolvidos, aplicaram amplamente, políticas industriais para transformar e aprimorar suas economias, por mais que suas posições atuais sejam contrárias. Esses fatores, alinhados com os autores que explicitam a relevância de uma política industrial para o desenvolvimento da indústria e conseqüentemente dos próprios países, revelam a importância de uma estruturação política para o crescimento e desenvolvimento de uma nação através da política industrial, pois apenas o mercado com os grandes empresários, não seriam capaz de estruturar tantas indústria e processos, sem a ajuda do Estado, fomentando-os e aplicando medidas necessárias através de políticas. No próximo capítulo, será tratado uma análise sobre políticas industriais no cenário do Brasil.

3 POLÍTICA INDUSTRIAL NO BRASIL

O processo industrial brasileiro é mais recente comparado aos países europeus, alguns asiáticos e aos Estados Unidos pelo fato de seu processo de colonização e enquanto os demais, já estavam em longo desenvolvimento industrial desde séculos anteriores. Neste capítulo será abordado um processo histórico até os dias atuais referente a política industrial e desenvolvimento da indústria brasileira.

3.1 UM RECORTE HISTÓRICO

Com as importantes medidas das políticas econômicas criadas no século XX, a partir de 1930, com o Governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945), o Brasil iniciou um processo considerável de industrialização até o ano de 1980, esse momento foi alinhado as ideias voltadas ao pensamento estruturalista e schumpeteriano. O crescimento econômico médio anual nesse período, foi de 6,38% (INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA – IBGE, 2015). Neste período, alguns temas se tornaram legados, presentes na história, considerados um marco para o processo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro com alto investimento no ativismo estatal, porém também deixando alguns fatores negativos, com os déficits públicos, alta concentração de renda, aumento da desigualdade. A era Getúlio Vargas, com investimento em empresas estatais e infraestrutura, criação da Petrobrás, defendendo o monopólio estatal, a era de Juscelino Kubitschek, algumas reformas estruturais, a ditadura militar, aumento da dívida e o II PND. Todos esses momentos da história, têm seu grau de relevância, e reflexo nas decisões atuais, por cenários e vieses que causaram ao país (STEIN, 2016).

Durante esse período inicial de desenvolvimentismo brasileiro, foram executadas políticas industriais e utilizados instrumentos que geraram maior autonomia para a intervenção do Estado no ambiente econômico, esse grande poder, pode gerar externalidades positivas, com boas políticas, mas existem possibilidades, de aumento de corrupção, lobby, e outros fatores que ocorrem quando a concentração se efetiva na mão de poucos agentes. Nesse momento histórico, foram criados órgãos e empresas do governo, que serviram de base para a ação estatal com o enfoque do

crescimento econômico. Visando a inclusão dos trabalhadores no Sistema Público, criou-se o DASP (Departamento de Administração do Serviço Público), havendo uma regulação do Estado, em relação a sociedade e economia. Foram implementados processos institucionais, para alcance do desenvolvimento interno, com base na teoria e ideologia requisitada e seguida na época, que fomentava o avanço do processo industrial (STEIN, 2016).

Corroborando com o movimento Estatal, o Conselho Federal de Comércio Exterior (1934), executou durante a Segunda Guerra, alguns grandes projetos industriais, Companhia Siderúrgica Nacional (1941), Companhia Vale do Rio Doce (1942), Fábrica Nacional de Motores (1943), Cia. Nacional de Álcalis (1943), Cia. Aços Especiais Itabira (1944) e Cia. Hidrelétrica do São Francisco (1945). Essas Indústrias, visavam fomentar o desenvolvimento brasileiro. A partir da década de 1950, o Brasil incrementa a etapa da industrialização pesada, são aquelas voltadas para a produção de equipamentos e matérias-primas processadas para outras indústrias. Alguns exemplos são: mineradoras, madeireiras e petrolíferas.

Na segunda metade da década de 1950, especialmente no governo de JK, a economia nacional foi atrelada a expansão do capital internacional. Com a criação do Plano de Metas (1956 – 1961), que tinha o intuito de alavancar alguns setores, como energia, transporte, indústria, educação e alimentação, ocorreu uma abundante entrada de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) na economia brasileira, devido a estratégia nacional, da construção de um cenário interno, envolvido com o movimento das empresas multinacionais, facilitando e incentivando a atração de recursos externos, aproveitando a expansão capitalista dos países desenvolvidos (AREND; FONSECA, 2012).

Segundo Mourão (2015), ao atrelar o capital estrangeiro, como um dos fatores principais para o desenvolvimento industrial interno, com a chegada de multinacionais, permitiu-se o seguinte:

Adotou um modelo de desenvolvimento dependente e associado, que, se por um lado permitiu de maneira pragmática e rápida a industrialização da economia brasileira, aprofundou a dependência em outras dimensões, especialmente a científico tecnológica. (MOURÃO, 2015, p. 143).

Com o final do Plano de Metas o Brasil era o país da América Latina que obtinha o maior nível de internacionalização, os benefícios consequentes, foram

atrelados ao crescimento industrial brasileiro. Para Serra (1982, p. 18), o “salto da indústria brasileira na direção dos ramos manufatureiros ‘pesados’ de bens de produção e de consumo duráveis é inseparável da penetração das empresas transnacionais no setor” (AREND; FONSECA, 2012, p. 41). Em 1970, as empresas multinacionais, estavam predominando a produção de bens de consumo e bens de capital, correspondendo a 85% e 57% das vendas, respectivamente.

A entrada de capital estrangeiro, em suma, ajudou o país a chegar mais próximo dos países desenvolvidos, mas não alcançou de fato (catching-up), e internalizou os setores chaves da quarta revolução tecnológica. Na década de 1960 foi criado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG).

Tinha um propósito basicamente liberal e monetarista, atuando ao nível da política econômica e de seus instrumentos básicos, tentando reduzir a inflação. Houve aumento da carga tributária – ao contrário do que se esperaria de um projeto econômico liberal – e uma ampla reorganização do Estado – com a implementação de um programa de reformas institucionais, nos âmbitos fiscal, monetário, trabalhista, habitacional e de comércio exterior. (ALMEIDA, 2004, p. 171 apud MOURÃO, 2015, p. 144).

O viés liberal apresentado no momento da criação do Plano, já se encontrava debilitado no final da década de 1960. Da Década de 1970, foram criados os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), o I PND (1972-1974), investiu em infraestrutura integrada, como transportes e telefonia, mas manteve seu foco principal na indústria de bens de capital.

No Governo de Geisel, o II PND (1975-1979), apresentou um ponto focal nas indústrias de base, a exemplo das siderúrgicas e petroquímicas. O foco desse programa era, contornar a crise, construindo uma estrutura industrial relevante, para manter o crescimento acelerado que ocorreu nos anos anteriores (MORAES, BASTOS, 2022). Mas este esforço, para a continuação do desenvolvimento econômico e industrial, acarretou uma grande explosão do endividamento externo brasileiro, altos índices de inflação e baixo crescimento econômico.

Na década de 1980, o processo de catching up, ocasionado pela indústria brasileira nos momentos anteriores, se encerrou. O cenário de crescimento retrocedeu, as contas de alguns abusos em políticas anteriores, estavam surtindo efeito, como a dívida externa e processo inflacionário.

De acordo com Palma (2005), desde a década de 1980 os países latino-americanos, incluindo o Brasil vem se desindustrializando, conseqüentemente,

impactando negativamente para o processo de crescimento e desenvolvimento de longo prazo (RODRIGUES, 2021). Alinhado com o encerramento do modelo de substituição de importações, visando a proteção interna, para um caminho de livre comércio.

Entre as décadas de 1980 e 1990, ocorrem muitas instabilidades, tanto internacionais, como internas, a política macroeconômica, não consegue reverter as adversidades. Muitas trocas de ministros e diversos planos econômicos são fracassados, sem contdade ou avanço futuro (MACARINI, 2008; 2009 apud STEIN, 2015), e as políticas industriais propostas pelos governos daquele momento foram ineficazes, acompanhadas abertura comercial e financeira, privatização em diversos segmentos industriais e sobrevalorização da taxa real de câmbio (OREIRO; FEIJÓ, 2010). Acarretando um processo de desindustrialização, no período em que a indústria internacional estava em uma transformação tecnológica, comercial e produtiva, porém com o país em crise, não foi possível acompanhar esse mecanismo do mercado (STEIN, 2016). Com esses fatores, conglomerados, junto a hiperinflação no final da década, muitos autores consideram o momento como a década perdida (SILVA, 2014).

De acordo com Alderir da Silva (2014), outros fatos preocupantes são constatados para a queda entre 1980 e 2000, além da baixa industrialização e dívida externa.

Ao mesmo tempo em que a produção física do setor de serviços apresentou sustentadamente ganhos de participação (próximo de 17%) na produção física total do período entre 1970-2013, houve uma redução (de aproximadamente 7%) da participação da produção física da indústria de transformação. Conforme o mesmo, embora essas reduções na participação sejam menores em termos físicos do que em valores, as mesmas devem ser vistas com cuidado, pois demonstram que a queda persistente na participação da indústria de transformação no PIB não se trata de uma mera “ilusão estatística” devido a qualquer efeito preço. Assim sendo, vale ressaltar também que as décadas de 1980 e 2000 foram as que apresentaram maiores reduções, 2,7 e 2,2 p.p., respectivamente. (RODRIGUES, 2021 p. 143).

No início do século XXI, entendiam a necessidade de coordenação e prática de uma política de desenvolvimento interna, incluindo uma Política Industrial efetiva, para alteração do modelo de inserção internacional praticado naquele período (CANO; SILVA, 2010). Na próxima seção serão comentados e apresentados alguns dados referentes as políticas industriais e indústria brasileira a partir do primeiro governo Lula (2003).

3.2 POLÍTICAS INDUSTRIAIS E GOVERNOS DO PT

As políticas Industriais, estão presentes no cenário econômico brasileiro desde a década de 1930, geralmente, no processo histórico, utilizam delas para sanar necessidades momentâneas, ou não são inseridas em projetos duradouras, sem proteção de outros fatores externos, como mudanças no cenário internacional, cenário político interno e crises.

Após a decadência da indústria brasileira, a partir da década de 1980, no início dos anos 2000, o governo do PT colocou novamente em pauta, políticas industriais, formulando características em cada uma delas, para visar o crescimento econômico nacional, gerando uma melhora do bem-estar para a sociedade. O governo Lula, retomou a visão em que cabe ao Estado o papel de fomentar e conduzir o crescimento econômico do país, extinguida, nos governos recentes anteriores, que acabaram colocando medidas propostas mundialmente pelo Consenso de Washington, que propunha o livre comércio, com privatizações, liberalização das importações e redução de tarifas alfandegárias.

Outros autores trazem o debate delimitado ao Brasil, Cano e Silva (2010), mostrando reestruturação no período do governo Lula, das políticas industriais que haviam sido vetadas em períodos anteriores, formulando a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que obteve alta relevância no período até 2007, durante o primeiro mandato. No segundo mandato, em 2008, foi criada a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), com metas ambiciosas, dividindo em 24 principais setores, realocados em 3 subgrupos, *“programas para consolidar e expandir a liderança”*, *“programas para fortalecer a competitividade”* e *“programas mobilizadores em áreas estratégicas”* (CANO; SILVA, 2010). O PDP, tinha como objetivo central sustentar o crescimento e os principais desafios enfrentados, entre eles, os principais aumentar a capacidade de inovação e de investimentos na economia brasileira (STEIN; JUNIOR, 2016). O programa não atingiu as metas e resultados esperados, por mais que fosse bem planejado e com grandes objetivos.

O Plano Brasil Maior (PBM) foi outro marco da Política Industrial, que ocorreu no governo petista de 2011-2014, dirigido pela presidenta Dilma, que segundo Stein e Junior (2016) possuía o determinado objetivo:

...elevar a competitividade industrial, fomentando a inovação e a agregação de valor (Brasil, 2011, p. 7; Dieese, 2011, p. 9).²⁸ O subtítulo da política é Inovar para competir. Competir para crescer e indica a preocupação com o crescimento econômico, o que já se verificava nas políticas anteriores. O viés neoschumpeteriano é explícito, o que também não é novidade. (STEIN; JUNIOR, 2016, p. 278).

Analisando a hipótese de um cenário futuro positivo para as políticas industriais brasileiras, alguns autores entregam suas análises, a partir do cenário atual e reflexos anteriores. Segundo Suzigan, Garcia e Feitosa (2021).

“Os esforços da política industrial no Brasil têm enfrentado fortes obstáculos para mudar a convenção prevalecente com o intuito de criar uma estrutura de sinais para os agentes privados em direção à inovação e mudança estrutural. (SUZIGAN; GARCIA; FEITOSA, 2021, p. 328).

3.2.1 Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

O entendimento da importância da inovação, em consenso com o desenvolvimento industrial, levou o governo do presidente Lula (2003), com forte intervenção estatal a criar a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), onde associava-se política industrial, inovação e gestão da tecnologia com a finalidade de gerar competitividade (LUCENA; BRITO, 2019). A PITCE dá ênfase a inovação tecnológica como o elemento que aumenta o desenvolvimento econômico. Seu foco era o aumento da eficiência da estrutura produtiva, elevar a capacidade de inovação das empresas brasileiras, aumentar e expandir as exportações. (ABRAHAO; VIEIRA, 2014).

Neste momento, os governantes acharam importante a criação de uma política voltada a indústria. Sem grandes mudanças econômicas no início do primeiro mandato, Lula manteve a indústria como fator do crescimento e do desenvolvimento econômico sem mudar a política macroeconômica realizada desde 1999 (CANO E SILVA, 2010). Uma das principais características da PITCE era coordenar em um projeto de avanço e desenvolvimento da indústria, inúmeros instrumentos, diversificados e encontrados em várias instâncias estatais (STEIN; JUNIOR, 2016).

De acordo com os documentos oficiais, a PITCE, compunha-se de três planos distintos, 1) Linhas de ação horizontais. Utilizando inovações tecnológicas, modernização industrial e aumento da capacidade produtiva, seria a visão macro

estabelecida pela política, contemplando quais os caminhos os fatores devem seguir para chegar ao que é projetado; 2) Opções estratégicas, investimento na indústria de semicondutores, softwares, bens de capital e fármacos; 3) Atividades portadoras de futuro, nos campos de biotecnologia, nanotecnologia, biomassa/energias renováveis. Os setores estratégicos já eram explorados na indústria internacional de forma constante, com alto grau de especialização em determinados países. Em relação as atividades portadoras de futuro, o próprio nome já faz entender que é uma intenção de investimento a longo prazo, essas tecnologias estão em patamares elevados atualmente. Esses setores foram escolhidos por serem considerados crescentes e sustentáveis; representando parcelas consideráveis do investimento estrangeiro em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); promotores de novos cenários de negócios; relacionados à inovação em processos e produtos e potencialmente desenvolvedores de vantagens comparativas dinâmicas (BRASIL, 2003; SALERNO e DAHER, 2006 apud STEIN, 2016).

Em conjunto com os planos criados, existiam dois macros programas que mobilizaram o governo. I) Indústria Forte, visando a expansão da base industrial interna; II) Inova Brasil, com foco em aumentar a capacidade inovadora das empresas nacionais. Utilizaria esses dois programas para o incremento brasileiro no cenário internacional. estimulando os setores onde o país teria maior capacidade ou necessidade de obter vantagens competitivas e expandindo caminhos para inserção nos setores mais dinâmicos dos fluxos de comércio internacionais (CANO; SILVA, 2010).

A PITCE, se assemelha às políticas desenvolvimentistas, visualizando as opções estratégicas que nela constam e os setores portadores do futuro. Com o foco em poucos setores, levando um sentido de *catching-up* com impactos significantes para a reestruturação da economia nacional (STEIN; JUNIOR, 2016). Essa política tinha um viés contemporâneo, com objetivos a longo prazo, com ênfase na dimensão da inovação e da agregação de tecnologia aos produtos brasileiros (CANO, SILVA; 2010).

Foram realizadas, algumas medidas, dentre elas a desoneração tributária em alguns setores, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - PITCE: Impacto Fiscal das Medidas de Desoneração Tributária – 2004-2006 (R\$ bilhões)

Discriminação	2004	2005	2006
Estímulo ao investimento produtivo	0,65	3,40	6,11
Corte de tributos para as famílias (imposto de renda)	0,50	2,30	4,03
Corte de tributos da cesta básica e incentivo à produção de alimentos	3,33	5,00	5,00
Estímulo à poupança de longo prazo	0,77	2,00	2,15
Estímulo à micro e pequena empresa	-	0,30	1,35
Incentivo à produção	-	0,10	0,60
Total	5,26	13,10	19,24

Fonte: Ministério da Fazenda. Extraído de: Salerno e Daher (2006, p. 35).

Verificando o passar dos anos, atendidos pela PITCE, observa que todos os setores apresentados na tabela 1, foram progressivamente obtendo desoneração tributária, para o estímulo ao avanço industrial. Estímulo ao investimento produtivo é um item relevante a se analisar, pois no período de 2004 a 2006, obteve um impacto fiscal de aproximadamente 9 vezes mais em 2 anos. Outro fator apresentado na tabela que o impacto foi grande, foram os cortes de tributos para as famílias (redução do imposto de renda) que variou aproximadamente 8 vezes entre 2004 a 2006.

Desde o lançamento da PITCE, até o fim do primeiro governo do Lula, se encontraram em destaque: o fortalecimento da estrutura institucional de apoio a política, com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, instância de articulação público-privada com alto nível de representação, e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI.. Em relação a inovação da PITCE foi reforçado por dois outros marcos importantes: a Lei de Informática e a Lei de Biossegurança. Destacando a entrada do BNDES nos financiamentos à inovação e a ampliação do orçamento da Finep. Incentivaram as pequenas indústrias com financiamento e linhas de créditos, fornecidas pelo BNDES e Caixa Econômica Federal (CANO; SILVA, 2010).

. De acordo com Toni (2007), a PITCE teve como principal destaque ser uma política industrial com finalidades pró comércio exterior e foco na inovação, alinhados com os marcos e regulatórios institucionais (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014). A PITCE não obteve o resultado esperado para a macroeconomia, no término do primeiro governo do Lula. No segundo governo Lula, foi instituída uma nova política,

a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), seus objetivos e resultados serão comentados na próxima seção.

3.2.2 Política de Desenvolvimento Produtivo

A PDP era um planejamento que estipulava metas a serem atingidas no ano de 2010. Seu modelo era uma continuidade da PITCE, com alguns ajuste e melhorias, que a tornavam mais ambiciosa. Seus objetivos e justificativas, estavam alinhados com as políticas anterior, em um viés neoschumpeteriano. O conceito da Política de Desenvolvimento Produtivo foi: inovar e investir para sustentar o crescimento, podendo ser sintetizada da seguinte forma: objetivo central da política > desafios > metas > políticas (sistêmicas, estratégicas e estruturantes) (STEIN, 2016). O governo queria elevar o nível de investimentos e inovação na economia. Se valiam de 4 macro metas: I) ao aumento da taxa de investimento; II) à elevação do gasto privado em P&D, estão vinculadas ao objetivo principal; III) à ampliação da participação das exportações brasileiras no mercado mundial, envolvendo também ampliar os investimentos diretos no exterior; e iv) à dinamização das MPEs, incluindo ampliar o número dessas empresas entre as exportadoras (BRASIL, 2008, p. 19 e 20 apud STEIN, 2016, p. 50).

Para chegarem as metas, separaram 3 eixos, i) ações sistêmicas, efetuando medidas dobre o desempenho da estrutura produtiva, nos planos fiscal-tributário, financiamento ao investimento e à inovação e segurança jurídica; ii) destaques estratégicos, em seis focos, regionalização, MPEs, exportação, integração produtiva com América Latina e Caribe – foco no Mercado Comum do Sul (Mercosul), integração com a África e ESG; iii) programas estruturantes, designaria os setores, cadeias, segmentos e complexos produtivos (STEIN, 2016).

Os programas estruturantes, elevaram o número de sistemas produtivos a serem desenvolvidos em comparação com a PITCE, distinguindo-os em três categorias. 1) áreas estratégicas, abrangendo o complexo industrial da saúde, tecnologia de informação e comunicação (TIC), energia nuclear, complexo industrial de defesa, nanotecnologia e biotecnologia. O desafio nesse setor eram os obstáculos tecnológicos, envolvendo o setor privado, institutos tecnológicos e comunidade científica; 2) fortalecimento da competitividade, setores potenciais exportadores, ou que gerassem efeitos sobre a estrutura industrial (STEIN, 2016) Alguns dos setores

pré-determinados eram: o complexo automotivo, a indústria de bens de capital, perfumaria e cosméticos, o setor de madeira e móveis, plásticos, a agroindústria, a construção civil e o complexo de serviços; 3) consolidar liderança, setores que já se encontram entre os mais competitivos, e precisam apenas uma consolidação, a exemplo do complexo produtivo do bioetanol, complexo industrial do petróleo, gás e petroquímica, nos produtivos de commodities, como mineração, siderurgia, celulose e carnes (STEIN, 2016).

Os instrumentos e incentivos fiscais também foram utilizados no PDP, como redução do IPI em alguns setores e o financiamento de crédito, ofertado pelo BNDES. Em 2008, ocorreu a crise mundial, e o Estado, teve de intervir, para que ela não entrasse como uma catástrofe ao Brasil, afetando diretamente, a política industrial. A crise internacional afetou os investimentos no território nacional e veio a calhar na derrocada das exportações brasileiras no período. Pode-se apontar ainda, que a PDP não resolveu a questão da configuração espacial da indústria. (CANO; SILVA, 2010).

3.2.3 Plano Brasil Maior

O Plano Brasil Maior (PBM) foi criado no momento conturbado do mercado da indústria brasileira, um cenário de crise internacional, quedas nos índices de crescimento industrial e aumento da taxa de juros (STEIN, 2016). Os seus objetivos, mantinham vieses semelhante aos anteriores, foco na inovação e agregar valor.

A estrutura do PBM é considerada mais simples que as políticas anteriores, se organizando em duas dimensões, sistêmico e setorial. A questão sistêmica direcionaria ações em temas enviesados, a exemplo de comércio exterior; investimento, inovação e formação e qualificação profissional; já as setoriais (estruturais) seriam fortalecimento de cadeias produtivas; novas competências tecnológicas e de negócios; cadeias de suprimento em energias; diversificação das exportações; e internacionalização e competências na economia do conhecimento natural. (STEIN, 2016).

Realizou-se uma política agregando vários setores específicos, podendo haver conflitos em direcionamento de foco, o que contraria o pensamento neoschumpeteriano, devido a não consolidação de padrões tecnológicos e competitivos. Com a escassez de processos definidos sobre as prerrogativas entre os envolvidos no mesmo sistema de indústrias, ocasionou diversos problemas de

coordenação, afetando a capacidade de tomadas de decisões da política industrial (STEIN; JUNIOR, 2016).

O Plano Brasil Maior, seguiu em sua maioria as mesmas medidas obtidas nas políticas antecedentes (STEIN; JUNIOR, 2016). Também há continuidade na tendência de expansão dos recursos. A PBM, não se diferiu radicalmente das demais políticas, elas seguem uma linha base, e em alguns pontos, tem alguns detalhes diferenciados. No caso, do Plano Brasil Maior, a política industrial seguiu a mesma toada das políticas anteriores, porque suas medidas priorizadas, tinham caráter horizontal.

3.2.4 Matriz de Política Industrial

Após a apresentação das medidas executadas em cada uma das políticas fomentadas nos governos de Lula (PT) e Dilma (PT), A Figura 2, ilustra, com a Matriz da Política Industriais, quais foram os principais pontos atingidos por cada um dos planos.

Figura 1 - Matriz de Políticas Industriais do Governo do PT (2003-2014)

		Sistema de Manufatura Nacional "fator de input"				
		Conhecimento	Força de Trabalho	Capacidade de produção	Recursos e Infraestrutura	Financiamento
Níveis de Intervenção	Empresa de Manufatura					
	Setor de Manufatura					
	Atividades baseadas na manufatura intersetorial					
	Quadro macroeconômico					

		Sistema de Manufatura Nacional "fator de input"				
		Conhecimento	Força de Trabalho	Capacidade de produção	Recursos e Infraestrutura	Financiamento
Níveis de Intervenção	Empresa de Manufatura					
	Setor de Manufatura					
	Atividades baseadas na manufatura intersetorial					
	Quadro macroeconômico					

		Sistema de Manufatura Nacional "fator de input"				
		Conhecimento	Força de Trabalho	Capacidade de produção	Recursos e Infraestrutura	Financiamento
Níveis de Intervenção	Empresa de Manufatura					
	Setor de Manufatura					
	Atividades baseadas na manufatura intersetorial					
	Quadro macroeconômico					

Fonte: Uma comparação das políticas industriais brasileiras a partir de Matrizes de Políticas Industriais. Lucena e Britto (2019, p. 13).

A Figura 2 apresenta a matriz, detalhando qual foi o foco de cada programa relacionando a Política Industrial no período dos governos petistas (2003-2014). O PITCE teve um maior direcionamento no setor de manufatura com investimentos em capacidade de produção, recursos e infraestrutura e financiamento. Já no PDP, o foco foram as atividades baseadas na manufatura intersetorial, ampliando o alcance no setor manufatureiro, um fato relevante foi o investimento em conhecimento nesse setor.

O esforço de educação e força de trabalho só foi contemplado pelo PBM, o que aumentou ainda mais o atraso brasileiro com relação a formação de mão de obra qualificada. Percebe-se que houve uma evolução do nível de intervenção das políticas no sentido de integrar os setores... Vale ressaltar também que mesmo existindo financiamento como fator de entrada na PITCE e PDP, foi no PBM que este instrumento ganhou força, principalmente representado pelo BNDES, que além de atuar como instrumento de financiamento, participou ativamente da elaboração e implementação de programas alinhados com a política industrial vigente. (LUCENA; BRITTO, 2019, p. 13-14).

Após o PBM, as políticas industriais declinaram no país. Alguns autores correlacionam suas ideias, ao analisar o período de 2003 a 2014. Segundo Almeida (2013), os problemas ocasionados pelas políticas industriais no período vinculam-se a não fomentação da variação produtiva, em conjunto com a concessão de crédito a empresas tradicionais, que já se encontravam em um patamar elevado. Para Canêdo-Pinheiro (2011), as escolhas de setores beneficiados por investimentos ofertados pelas políticas industriais, ocorreu de acordo com interesses de grupos particulares, para suprir seus interesses, ao invés de efetuarem seleções, visando o desenvolvimento industrial como um todo. O governo Lula, principalmente de 2007 a 2010, realizou fortes investimentos públicos e em estatais federais (Tabela 2).

Tabela 2 - Taxas de crescimento real dos investimentos do Governo Central e das Estatais Federais em variação % – período: 1995 a 2015.

Período de Governo	Presidentes	Governo Central (Média anual do período)	Estatais Federais (Média anual do período)
1995-1998	FHC 1	-4,61	3,66
1999-2002	FHC 2	2,56	2,60
2003-2006	LULA 1	9,91	0,02
2007-2010	LULA 2	26,04	23,52
2011-2014	DILMA 1	1,03	1,5
2015	DILMA 2	-37,9	-25,2

Fonte: Base de Dados de Orair (2016). (SICSÚ, 2019 p. 146).

A tabela 2, compara os investimentos, nos anos de governos FHC e petistas de 1995 a 2015, comparando o período LULA 2, com os demais, apresenta uma discrepância de investimento público com os demais governos. Os investimentos em

estatais, que chegaram a crescer 23,52%, complementam a análise dos autores que informam, o direcionamento de recursos a alguns setores específicos, que já possuíam vantagens comparativas aos demais, levando em consideração, que elas já se encontravam em um patamar acima de demais repartições, por políticas industriais efetuadas no primeiro período de industrialização do Brasil, que ocorreu durante os anos de 1930 a 1980. A Taxa de crescimento real de investimentos no Governo Central, deixa viesado o prol do Governo Lula, que propunha altos investimentos públicos, na indústria, com geração de empregos, e com as políticas sociais, que geraram crédito a pessoas em faixas de baixa renda, ajudando a alavancar o consumo, conseqüentemente o investimento no setor privado.

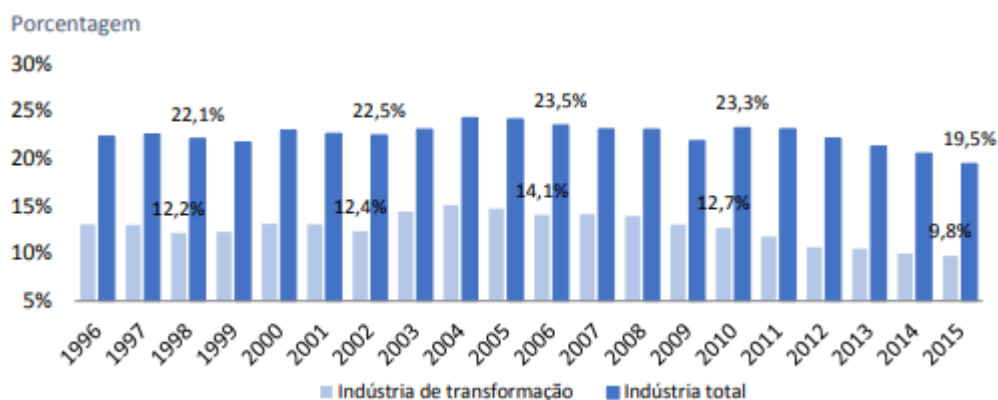
Mesmo as políticas industriais não entregando todos os resultados estimados, sendo insuficiente em muitos pontos, alguns resultados podem ser considerados positivos no período, como o momento anticíclico da indústria durante a crise internacional de 2008, possibilitando o país a manter setores importantes para o desenvolvimento, e redução do IPI, que mantiveram o consumo interno, conseqüentemente a oferta de trabalho (FERREIRA; JUNIOR; SCHNEIDER, 2016).

3.3 QUEDA INDUSTRIAL BRASILEIRA.

Após tentativas de avanços nas políticas industriais e desenvolvimento da indústria nos governos petistas entre 2003 e 2014, muitas delas sem sucesso, houve uma queda no faturamento da indústria brasileira entre os anos de 2015 e 2022. Fatores, tais como as crises das contas públicas, em 2015 e 2016, alinhados ao impeachment da presidenta Dilma e a pandemia de Covid, influenciariam da derrocada do setor industrial, apoiados, da falta de políticas que visavam o crescimento deste setor no país.

Os Gráficos 1 e 2 mostram dados relevantes que culminam com a derrocada da indústria brasileira nos últimos anos.

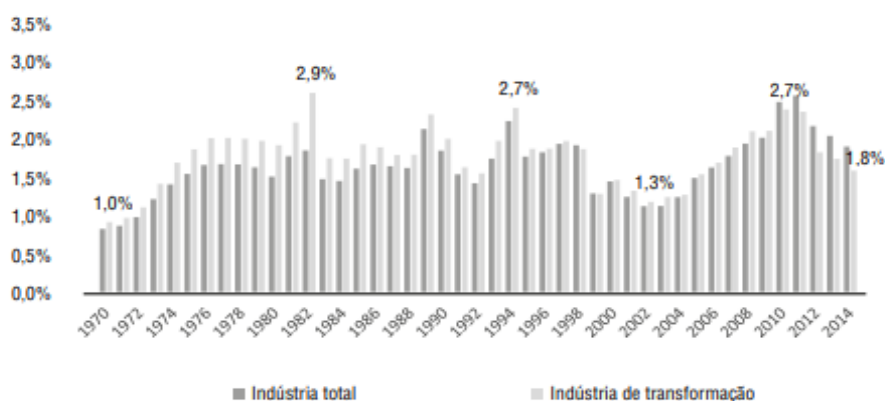
Gráfico 1 - Participação da Indústria Brasileira no PIB



Fonte: IBGE/Contas Nacionais Trimestrais. (GADELHA, 2016, p. 241).

O Gráfico 1 mostra a queda da participação da indústria nacional no PIB, em 2006 representava um total de 23,5%, caindo 4 pontos percentuais até 2015, chegando em 19,5%.

Gráfico 2 – Participação da Indústria Brasileira na Produção Mundial

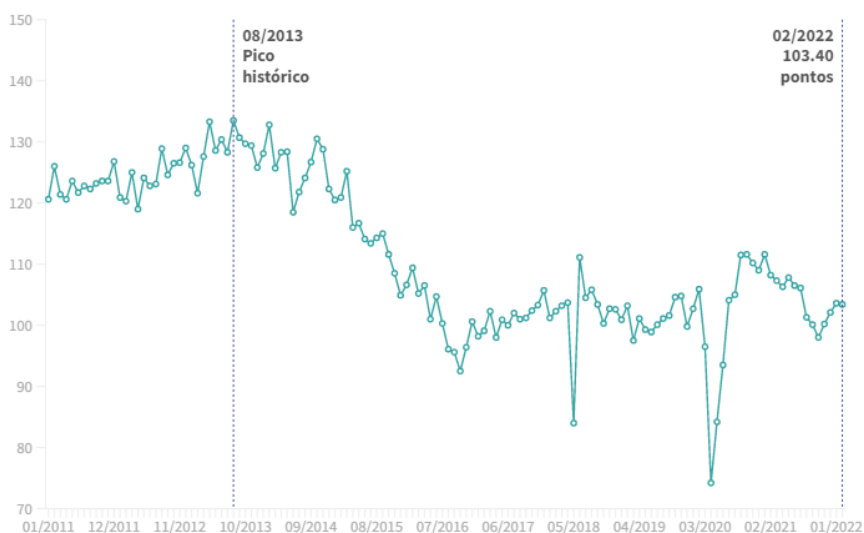


Fonte: Unctad. (GADELHA, 2016, p.242).

o Gráfico 2 obtém dados que enfatizam que após um avanço da indústria brasileira na produção mundial nos dois primeiros governos Lula, a partir de 2010, ela se manteve em queda, perdendo a após ano a su relevância no cenário internacional.

Em conjunto com os dados apresentados nos gráficos anteriores, a Figura 3 apresenta a queda do faturamento real da indústria brasileira entre os anos de 2011 e 2022.

Figura 2- Evolução do faturamento da indústria Brasileira (2011 a 2022)



Fonte: CNI • *Faturamento real (descontada a inflação), com ajuste sazonal.

A Figura 2 mostra o quanto o faturamento industrial brasileiro caiu a partir do pico histórico em 2013, onde atingiu 133,5 pontos, conforme índice do CNI. Nove anos depois, em fevereiro de 2022 a indústria atingiu um faturamento de 103,4 pontos, uma diferença maior que 30 relacionada ao pico. Esses fatores conectados com o baixo investimento na indústria de transformação, gera a precarização de salários, pois não se necessita de muita mão de obra qualificada para atuar em setores específicos, devido à baixa demanda.

Visando o passado recente da indústria brasileira não favorável ao processo industrial interno, o próximo capítulo debate um processo de reindustrialização do Brasil.

4 O DESAFIO PARA O FUTURO

Após, um longo período, de dificuldades de se implementar políticas industriais a longo prazo, que causam efeitos positivos, na dinâmica industrial e econômica brasileira, surge o debate de como o Brasil deve efetuar os próximos passos, para alcançar um novo processo de industrialização.

4.1 REINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Segundo o autor Diegues (2021), o Brasil está em um processo de reindustrialização, caracterizado como uma nova versão do industrialismo periférico (e agora regressivo), com baixa contribuição da indústria ao desenvolvimento.

O país, acompanha o movimento internacional de liberalização do mercado dos países de periferia, ordem idealizada pelos países desenvolvidos (CHANG, 2002). Internamente, necessita de maior importação de bens intermediários finais, de capital e tecnologia estrangeira, regredindo a dinâmica estrutural da indústria. Outro fator, que implica na dificuldade da implementação de uma política, voltada ao desenvolvimentismo, é os países periféricos, incluindo o Brasil, tenderem a focar em etapas mais simples na estrutura produtiva, com baixa agregação de valor na denominada “curva sorriso” (DIEGUES, 2021 p. 255), apresentada na Figura 4. As políticas, apresentadas no governo Dilma, via redução de custo, não se desenvolveram de maneira efetiva e contribuíram para a deslegitimação de uma criação de política industrial baseada nos pensamentos neoschumpeterianos, ou desenvolvimentistas.

Figura 3 - Curva Sorriso
Smiley Curve



Fonte: Economia de Serviços (MOREIRA, 2017).

A Figura 4 retrata o valor gerado no processo industrial por cada elemento vinculado, como citado por Diegues (2021), o foco industrial brasileiro, se encontra em faixas de baixo valor agregado, na produção e logística de produtos manufaturados, enquanto países com alto avanço industrial, focam em inovação, P&D e Design e nos processos de pós-venda para satisfazer o usuário, mesmo após a aquisição do produto.

A nova versão do industrialismo, limita mudanças estruturais e produtivas, é acompanhada por algumas características:

- i) reduções no custo produtivo, como desoneração da folha de pagamento e redução do IPI;
- ii) investimento em setores que historicamente possuem vantagens comparativas;
- iii) utilização das atividades relacionadas a curva sorriso (comercial, marketing, logística), que complementam o capital produtivo importado.

Com esses fatores pré-estabelecidos, proporciona-se, uma nova direção para o parque produtivo brasileiro, diferente das visões onde o avanço ocorre por meio de mudanças estruturais produtivas, com grandes investimentos em setores industriais para a criação de bens finais e intermediários, atrelados a um avanço tecnológico. O foco seria complementar o capital produtivo industrial internacional, com medidas internas e reduzir os custos diretos, indiretos e tributação, não obrigatoriamente, pelo aumento da produtividade.

O baixo investimento e não priorização em inovações tecnológicas, regrediram a dinâmica industrial brasileira, comparado aos países centrais. Os governos Lula e Dilma, no século XXI tentaram resgatar uma luz para o desenvolvimento da indústria, mas sem foco principal em inovação. Mesmo que no Plano Brasil Maior, o país tenha lançado o programa Inova Empresa, em sua totalidade, voltado ao apoio a inovações em tecnologias, os valores projetados não coincidiram com o que realmente foi fornecido (VIEIRA; OURIQUES; AREND, 2020). A exemplo do Inova Energia, Aerodefesa e Sustentabilidade, que receberam o investimento em torno de 10% do previsto, e o Inova Saúde Equipamentos Médicos, Inova Agro e Paiss [Plano BNDES/FINEP de Apoio à Inovação dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico], forneceram apenas 35% dos estipulados em projeto (VIEIRA; OURIQUES; AREND, 2020).

Nos anos seguintes, a situação continuou sendo desfavorável para o país. Em 2018, os recursos do FNDCT e do CNPq, principais entidades de financiamento a ciência e pesquisa no Brasil, foram inferiores em mais de 30% ao executado em 2014 (DE NEGRI, 2018 apud VIEIRA; OURIQUES; AREND, 2020). Os dados apresentados por Vieira, Ouriques e Arend (2020), apresentam cortes efetuados pelo governo federal em 2019 e 2020, nas agências de fomento à pesquisa, CNPq e CAPES:

No caso da CAPES, a dotação orçamentária de 2020 é de R\$ 3,07 bilhões, sendo 26,55% inferior aos R\$ 4,18 bilhões de 2019 e menos da metade dos R\$ 7,01 bilhões de 2015. O CNPq, que teve um orçamento executado de R\$ 552 milhões em 2001, foi tendo incrementos anuais significativos, alcançando R\$ 2,78 bilhões em 2014. Desde então, tem havido decréscimos no orçamento executado, que baixou para R\$ 1,44 bilhão em 2018 e R\$ 1,29 bilhão (previstos) para 2020. (VIEIRA; OURIQUES; AREND, 2020, p. 28-29).

A maneira de os empresários identificarem a importância do desenvolvimento tecnológico para a indústria brasileira, é o Estado investir nessa demanda, algo pouco difundido atualmente. Poucas empresas, possuem amplos leques de inovações. No cenário nacional a indústria possui um baixo nível de digitalização, ainda não possuem um processo de manufatura avançada. (VIEIRA; OURIQUES; AREND, 2020).

Para Diegues (2023), em seu artigo publicado na Carta Capital, a retomada da política industrial brasileira, deve-se seguir algumas missões:

legitimidade política nos diversos estratos da sociedade (o que inclui a elite empresarial); viabilidade/exequibilidade no médio prazo, com resultados iniciais já sentidos em um ciclo político de quatro anos; e aderência a uma visão moderna de política industrial, que tenha como objetivo fomentar a construção de uma economia orientada ao desenvolvimento tecnológico, ao aprendizado inovativo e à sustentabilidade. (DIEGUES, 2023, n.p.).

Os fatores citados, junto com a análise do que ocorreu no passado, tanto de acertos, como erros, devem ser levados em consideração para a reestruturação de uma nova política industrial prevalecente no Brasil, pois caminhando os passos que ocorreram em anos anteriores, no passado recente, a indústria brasileira tende a ficar cada vez mais defasada comparada ao cenário interno anterior e principalmente ao avanço internacional.

Alinhado com as ideias de Diegues, a publicação do IEDI (2022) aborda alguns temas importantes para a estratégia de uma nova política industrial no Brasil, separando em alguns pontos, aprimorar a governança e a gestão; estabelecer prioridades e evitar a dispersão de iniciativas; promover a interação com o setor privado; assegurar transparência: metas, monitoramento e avaliação; estabelecer princípios norteados e adotar abordagem orientada as missões.

Explicitando sobre determinados fatores analisados pelo IEDI, o primeiro citado é considerado um ponto de partida para o planejamento e execução de políticas industriais, com diversas áreas vinculadas e envolvidas com os projetos futuros. Em conjunto com uma boa governança os setores públicos e privados têm uma interação mais bem definida e construindo objetivos e metas em comum, que tendem a transformar o cenário industrial brasileiro. As demais recomendações seguem uma linha a partir da organização inicial, então entende-se que é um fator primordial, tudo estar alinhado e governado de maneira com que todo o processo caminhe em conjunto para obter-se um bom resultado, após a implantação do novo cenário político industrial.

Há evidências robustas da associação entre o desenvolvimento de um país como o Brasil e o peso e importância do setor industrial na matriz produtiva (MARCONI, 2015 apud GADELHA, 2016, p. 256). Com ideias semelhantes ao IEDI e a Diegues, Gadelha (2016) afirma o seguinte cenário para uma reconstrução da indústria nacional a partir da política industrial.

...a política industrial tem que dialogar com as demandas da sociedade. O País e seus problemas reais e potenciais devem passar a ser vetores para a construção de uma nova política industrial, o que implica em uma profunda reestruturação da forma de intervenção do Estado e de sua articulação com o setor empresarial, em uma direção não fragmentada e permeada de uma visão do futuro que se quer construir para o País. (GADELHA, 2016, p. 268).

Cada autor citado complementa os pensamentos dos demais visando um processo de uma reindustrialização brasileira, baseado em uma política industrial em que o governo planeje e estructure um processo, vinculando os agentes privados, que também tem extrema importância para o desenvolvimento industrial, por possuírem os recursos a serem investidos nas indústrias. A partir de um tripé estruturado, e um controle realizado de maneira correta, existe a possibilidade de o cenário industrial brasileiro voltar a ter avanços.

5 CONSIDERAÇÕES FINAS

Levando em consideração o avanço das indústrias no cenário atual, o trabalho propôs apresentar a importância de políticas industriais, para o desenvolvimento e crescimento econômico de um país e apontar os fatos que designaram o cenário atual da Indústria e Brasileira.

Países desenvolvidos, e com ideais pro mercado, que consideram intervenções estatais um retrocesso em comparação a liberalização comercial, utilizaram de políticas industriais protecionistas, em determinados momentos de sua história, para alavancarem a indústria interna, conforme citações de Chang (2002), com o termo “chutando a escada”.

Identificada a importância de proporcionar um avanço no setor industrial, em conjunto com a análise do progresso deste ramo no Brasil, realizou-se o recorte histórico da primeira fase de industrialização no país, que ocorreu durante os anos de 1930 a 1980. Esse processo acabou gerando frutos, para o milagre econômico, com o aumento da participação da indústria no PIB brasileiro, que era próximo a 20% em 1947 e chegou à casa dos 35% na década de 1980.

Devido a políticas adotadas, para atingir o crescimento no período de 50 anos, a dívida externa cobrou o preço a partir da década de 1980, alinhado as forças políticas que assumiram o controle do Estado e aceitaram a recomendação do Consenso de Washington, que rebaixava o Estado, do qual aos poucos foi sendo retirada tanto o respaldo quanto à capacidade para inovar e fomentar as políticas industriais.

No início do século XXI, os governos petistas Lula e Dilma, contrariaram, o que vinha sido adotado no passado mais recente do Brasil e o Estado proporcionou políticas industriais que tentaram reverter o declínio do setor no país, porém os resultados corroboraram com a manutenção do bem-estar social, do que propriamente uma ascensão da indústria nacional, ainda mais se comparada aos países centrais.

Nos governos seguintes, a debilidade da estrutura industrial brasileira, novamente se apresentou. Além de políticas industriais serem exiladas da pauta econômica, o país cortou gastos em programas de ciência e tecnologia, a exemplo, da diminuição dos repasses feitos ao CNPq e CAPES, instituições de extrema relevância e importância para o avanço da P&D no Brasil que almeja a melhoria da

eficiência e produtividade, com a utilização de ciber-físicos, internet das coisas e computação em nuvem.

Após resultados ruins, considerando as execuções das políticas industriais no passado recente, a exemplo da redução do percentual da indústria no PIB do Brasil, o debate para o futuro se tornou uma pauta interessante e discutido pelos especialistas no tema. Visando uma melhoria no setor industrial brasileiro, os autores se desdobram para apresentar os modelos que estão dando certo no cenário internacional, alinhando com o cenário interno, e indicam as possibilidades a serem seguidas. Contudo, o consenso é de que se deve obter uma política com um papel de governança e gestão, para que os setores público e privado mantenham um relacionamento estreito em prol dos mesmos objetivos e com investimento em inovação e P&D, tópicos que agregam valor a indústria.

Para trabalhos futuros, recomenda-se apresentar quais as políticas industriais utilizadas e seus resultados a partir do novo governo Lula (2023), com o intuito de compará-las aos modelos utilizados nos antigos governos petistas (20103-2016) e nos governos de Michel Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022).

REFERÊNCIAS

- AREND, M. Revoluções tecnológicas, finanças internacionais e estratégias de desenvolvimento: um approach neo-schumpeteriano. **Ensaios FEE**, v. 33, n. 2, p. 363-396, nov. 2012. Disponível em: <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2393>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- AREND M.; FONSECA P. C. D. Brasil (1955-2005): 25 anos de catching up, 25 anos de falling behind. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 1, p. 33-54, jan/mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/zBLv6DH66z3MW3gFpt4gCBy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- BLOG OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA CONTEMPORÂNEA Missões de política industrial nos limites da reindustrialização possível. **DIEGUES, A. C.** 2023. Não paginado. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/observatorio-da-economia-contemporanea/missoes-de-politica-industrial-nos-limites-da-reindustrializacao-possivel/>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- CANÊDO-PINHEIRO, M.; BARBOSA FILHO, F. de H. Produtividade e convergência entre estados brasileiros: exercícios de decomposição setorial. **Economia Aplicada**, v. 15, n. 3, p. 417-442, 2011. DOI: 10.1590/S1413-80502011000300004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/1073>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- CANO, W.; SILVA, A. L. G. Política industrial do governo Lula. **IE/Unicamp**. Campinas, n. 181, jul. 2010. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/texto-paradiscussao/politica-industrial-do-governo-lula>. Acesso em: 04 mai. 2022.
- CHANG, H. **Chutando a escada**: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.
- CORONEL, D. A.; AZEVEDO, A. F. Z.; CAMPOS, A. C. Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico. **Revista de Economia Política**, v.34, n. 1, p. 103-119, jan/mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/hQnhpRSttpcPdn9VXJTJfWM/?lang=pt>. Acesso em: 02 fev. 2023.
- DIEGUES, A. C.; SARTI F. Brasil: Indústria e Desenvolvimento em um cenário de transformação do paradigma tecno-produtivo. In: SUZIGAN W.; GARCIA. R. C. de; FEITOSA. P. H. A. **Instituições e os desafios da política industrial no Brasil**. Curitiba: CRV, 2021. p. 313-328.
- DIEGUES, A. C.; SARTI F. Brasil: Indústria e Desenvolvimento em um cenário de transformação do paradigma tecno-produtivo. In: DIEGUES A. C. **As transformações na dinâmica de acumulação produtiva brasileira e a emergência de uma nova versão do industrialismo periférico**. Curitiba: CRV, 2021. p. 243-263.

DIOGO, J. V. **Política Industrial: uma tipologia de análise e o caso brasileiro para políticas industriais verdes**. 2017. 61 f. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial) – Setor de Ciências Econômicas, Universidade Estadual Paulista, Araraquara (SP), 2017. Disponível em: <https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/economia/4172.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

FERRARI, V. A Inconsistência Teórica e Empírica da Hipótese Central do Rent Seeking. **Mediações**, Londrina, v. 26, n.1, p. 323-344, 2011. Disponível em <file:///C:/Users/joaol/Downloads/mediacoes,+Gerente+da+revista,+16-18-vinicius.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

FERREIRA, J. D.; SUBELDIA JUNIOR, O. L. L.; SCHNEIDER, M. B. Política industrial brasileira recente. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 38, n. 2, p. 173-185, out. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v38i2.30839>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GADELHA, C. A. B. Política Industrial: uma visão neo-schumpeteriana sistêmica e estrutural. **Revista de Economia Política**, v.21, n.4, p.149-171, out/dez. 2001. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/18113>. Acesso em: 15 jan. 2023.

HAUSMANN, R.; RODRIK, D. Doomed to Choose: industrial policy as a predicament. **Center for International Development Blue Sky Conference**, Cambridge, first draft, 2006. Disponível em: <https://drodrik.scholar.harvard.edu/files/danirodrik/files/doomed-to-choose.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

JUNIOR, F. Processo de desindustrialização no Brasil se acentua. **Jornal da USP**, Ribeirão Preto, 4 mar. 2021. Atualidades, n.p.

LAMONICA, M. T.; FEIJÓ, C. A. Crescimento e industrialização no Brasil: uma interpretação à luz das propostas de Kaldor. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 1, p. 118-138, jan/mar. 2011. Acesso em: 15 jan. 2023.

LASTRES, H. M.M.; CASSIOLATO, J. E.; LAPLANE, G.; SARTI F. O Futuro do Desenvolvimento. In: GADELHA, C. A. G. **Política industrial, desenvolvimento e os grandes desafios nacionais**. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora, 2016. p. 233-270.

LUCENA, R. M. de.; BRITO, J. N. P. de. Uma comparação das políticas industriais brasileiras a partir de Matrizes de Políticas Industriais. **Revista Estudo e Debate**, v. 28, n. 1, p. 2019. Disponível em: 10.22410/issn.1983-036x.v28i1a2021.2604. Acesso em: 15 jan. 2023.

MARINHO, E. L. L.; NOGUEIRA, C. L. G.; ROSA, A. L. T. Evidências empíricas da lei de Kaldor-Verdoorn para a indústria de transformação do Brasil (1985-1997). **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 457-482, jul. 2002. Acesso em: 15 jan. 2023.

MORAES, R.; BASTOS P. P. Z. O Estado em disputa: os objetivos do II PND e os interesses dos industriais. **Nova Economia**, v. 32, n. 1, p. 181-204. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/6736>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MOURÃO, V. O Processo de State-building da Institucionalidade de Ciência e Tecnologia Brasileiro: convergência sócio-política e a busca pelo desenvolvimento nacional. **O Agronegócio na perspectiva das Ciências Sociais**, v. 10, n. 2, jul-dez. 2015. Acesso em: 15 jan. 2023.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 2, p. 219-232, abr/jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000200003>. Acesso em: 15 jan. 2023.

PAMPLONA, J. B.; FENERICH, J. L. de A. Desenvolvimento e Centralidade da Indústria: Uma Atualização do Debate no Brasil. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 36, p. 62–98, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5452>. Acesso em: 15 jan. 2023.

PEREIRA, F. C. Política industrial e desenvolvimento: um estudo da política industrial chinesa e direções para a sua implementação em países em desenvolvimento. 98 f. Monografia de Graduação (Bacharel em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2021.

RODRIGUES, C. F. S. da. A evolução da indústria brasileira e seus impactos sobre o crescimento econômico no período pós 1980: uma síntese do debate como fonte de perspectivas para o futuro. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 1, n. 48, p. 134-163, abr. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.36810/rde.v1i48.5248>. Acesso em: 15 jan. 2023.

RODRIGUES, R. L.; VERÍSSIMO M. P. Evidências de desindustrialização setorial no Brasil: uma análise por modelos ARDL. p. 129-149 .In: **Anais do VI Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação (ENEI): “Indústria e pesquisa para Inovação: novos desafios ao desenvolvimento sustentável”**. São Paulo: Blucher, 2022. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/engineeringproceedings/vi-enei/827.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

RODRIK, D. Industrial Policy for the Twenty-First Century. **Harvard University John F. Kennedy School of Government**, Cambridge, 24 set. 2004. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=666808>. Acesso em: 04 mai. 2022.

RODRIK, D. Industrial Policy: Don't ask why, ask how. **Middle East Development Journal**, Cambridge, 30 ago. 2008. Economic Research Forum, p 1-29. Acesso em: 05 jan. 2023.

SHAPIRO, H. Industrial Policy and Growth. **UN/DESA Working Papers**, Nova Iorque, ST/ESA/2007/DWP/53, 2007. Disponível em: https://www.un.org/esa/desa/papers/2007/wp53_2007.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

SILVA, J. A. da. A Questão da Desindustrialização no Brasil. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 10, n. 1, p. 45-75, jan/mar. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ret.v10i1.32888>. Acesso em: 15 jan. 2023.

STEIN, G. Q. **Política industrial no século XXI: capacidades estatais e a experiência brasileira (2003-2014)**. 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/147978>. Acesso em: 15 jan. 2023.

STEIN, G. Q.; JÚNIOR, R. H. Política industrial no Brasil: uma análise das estratégias propostas na experiência recente (2003-2014). **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 47, p. 251-287. 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7375/1/ppp_n47_pol%C3%ADtica.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

SUZIGAN, W.; FURTADO J. Política Industrial e Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 2, p. 163-185, abr/jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rep/v26n2/a01v26n2>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SUZIGAN, W. Estratégia industrial e desenvolvimento econômico: uma agenda política e de política econômica. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 23, n. 1, p. 108-113, 1995. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/916/1197>. Acesso em: 15 jan. 2023.

VIEIRA, P. A.; OURIQUES, H. R.; AREND, M. A posição do Brasil frente à Indústria 4.0: mais uma evidência de rebaixamento para a periferia?. **Oikos**, v. 19, n. 13, p. 12-34, 2020. Disponível em: https://gpepsm.paginas.ufsc.br/files/2021/04/Viera-Ouriques-Arend_2021.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

VIEIRA, F. V.; AVELLAR, A. P.; VERÍSSIMO M. P. Indústria e crescimento econômico: evidências para países desenvolvidos e em desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 3, p. 485-502, jul/set. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0101-31572014000300008>. Acesso em 15 jan. 2023.